

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

BIBIANA DO AMPARO ROCHA

**EDUCAÇÃO E SOCIEDADE EM ALAGOINHA DO PIAUÍ NA DÉCADA DE  
1980**

PICOS – PI.

2015

BIBIANA DO AMPARO ROCHA

**EDUCAÇÃO E SOCIEDADE EM ALAGOINHA DO PIAUÍ NA DÉCADA DE  
1980**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura  
Plena em História, da Universidade Federal do  
Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes  
de Barros, como requisito parcial para obtenção  
do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. M.s. Raimundo Nonato Lima  
dos Santos.

PICOS – PI.

2015

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**R672e** Rocha, Bibiana do Amparo  
Educação e sociedade em Alagoinha do Piauí na década de  
1980 / Bibiana do Amparo Rocha. – 2014.  
CD-ROM : il; 4 ¼ pol. (62 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade  
Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.  
Orientador(A): Prof. MSc. Raimundo Nonato Lima dos Santos

1. Educação. 2. Sociedade. 3. Alagoinha do Piauí. I. Título.

**CDD 370.981 22**

BIBIANA DO AMPARO ROCHA

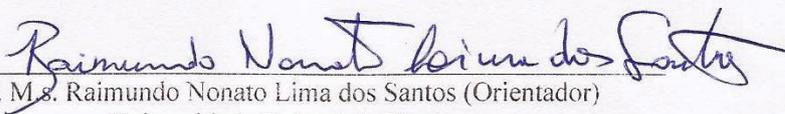
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE EM ALAGOINHA DO PIAUÍ NA DÉCADA DE  
1980

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura  
Plena em História, da Universidade Federal do  
Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes  
de Barros, como requisito parcial para obtenção  
do grau de Licenciada em História.

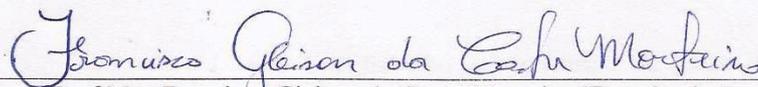
Orientador: Prof. M.s. Raimundo Nonato Lima  
dos Santos.

Aprovada em 07 / 01 / 2015

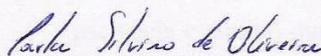
BANCA EXAMINADORA



Prof. M.s. Raimundo Nonato Lima dos Santos (Orientador)  
Universidade Federal do Piauí



Prof.M.s. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Examinador)  
Universidade Federal do Piauí



Prof.M.s. Carla Silvano de Oliveira (Examinadora)  
Universidade Federal do Piauí

Dedico este trabalho de conclusão de curso à Deus, minha fortaleza, à minha família, pai, mãe e irmãs, minhas sobrinhas amadas, a minha querida filha e ao meu esposo, pela dedicação, paciência e auxílio durante o desenvolvimento deste trabalho, e por acreditarem em mim nos momentos mais difíceis, motivando-me a superá-los.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pai de infinita bondade, que me fez forte e determinada o suficiente para continuar lutando em busca do meu objetivo, mesmo quando tudo se mostrava o contrário e as forças já haviam se extinguido o senhor me mostrou caminhos e soluções. Muitíssimo obrigada.

A todos os meus familiares, e de maneira especial o meu pai Olímpio Neto, e minha mãe Antônia, que muitas vezes mesmo achando essa caminhada impossível me apoiaram. As minhas irmãs Cida, Laura e Lucimar, por nem sempre me entenderem, mas por sempre me ajudarem. As minhas sobrinhas Izabela e Sara por proporcionarem os momentos de lazer e alegria. Aos meus cunhados Cleidimar, Lucas e Everaldo (in memoriam).

Agradeço de maneira especial a minha querida filha Maria Eduarda, anjo colocado por Deus para alegrar minha vida. Peço-lhe desculpas por não ter sido a mãe que desejava ser em virtude do meu curso, por todas as vezes que tive que sair, e que não pude lhe oferecer o carinho, o amor e a atenção devida.

Agradeço ao meu esposo Joanel, pelo apoio, carinho, amor e compreensão a mim dedicados e por entender a importância deste curso em minha vida.

Agradeço aos meus sogros João e Juvenília por assumirem a função de pai e mãe de minha filha em minha ausência.

Agradeço ao meu querido orientador, professor Raimundo Nonato Lima dos Santos, que de forma sábia e paciente me ofereceu os auxílios necessários a realização deste trabalho. Muito obrigada.

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram prestando informações, cedendo materiais e disponibilizando o tempo para entrevistas, essenciais a construção deste trabalho. Entre elas à professora Ana Antonia, a professora Penha Rocha, à dona Fidélia e a Luzia Helena, muito obrigado pela ajuda.

Agradeço de forma especial aos amigos que fiz durante essa jornada, que se tornaram parte da minha família: Verônica, Paulo César, Priscila, Crislane e Danúzia, por me ajudarem nos momentos mais difíceis e compartilharem os momentos de alegrias e tristezas, esperas e angústias durante o curso e também aos demais colegas de sala e do curso de História.

Agradeço a todos os professores do curso de História por toda dedicação e contribuição e por influenciarem minha vida.

Agradeço a todas as pessoas que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho. Aos que acreditaram em mim, e também aos que duvidaram de minha capacidade, pois das desconfianças deles, tirei forças para seguir em frente. Enfim, como diria o rei Roberto Carlos, “(...) se chorei, ou se sorri, o importante é que emoções eu vivi (...)”.

**MUITO OBRIGADA!**

O homem filho do tempo reparte com o mesmo tempo, ou seu saber, ou sua ignorância. Do passado sabe pouco, do presente, menos e do futuro, nada.

Pe. Antônio Vieira

## RESUMO

O presente trabalho analisa a relação entre Educação e Sociedade na cidade de Alagoinha do Piauí durante a década de 1980. A discussão sobre o processo educacional desenvolvido na referida cidade é abordado juntamente com sua contextualização histórica. Analisa a formação da cidade e sua emancipação política, a economia local, caracterizada pela pecuária e a agricultura e também a religião presente na sociedade alagoinhense. Estas análises foram fundamentais para entender como se deu o processo educativo formal e informal, desenvolvido na zona rural e urbana, apontando suas principais contribuições para a sociedade alagoinhense. Foram utilizados como fontes para o desenvolvimento deste trabalho, fotografias, poesias, resumos históricos e depoimentos orais com alunos e professores que estudaram e trabalharam no município de Alagoinha do Piauí na década de 1980. Para a construção das reflexões sobre o tema Educação e Sociedade, contou-se com o apoio de Alcebíades Costa Filho, Maria do Amparo Borges Ferro e Maria Alveni Barros Vieira e entre outros autores. Para tecermos as considerações a respeito da cidade, nos baseamos em Raquel Rolnik e Roberto Lobato Corrêa. Já sobre a discussão sobre a relação entre História e memória nos baseamos em Alessandro Portelli e Sônia Maria de Freitas. Sobre a Educação e a sociedade alagoinhense na década de 1980, ambas andavam lado a lado, uma só pode se desenvolver a partir da outra, assim, na década em estudo, a sociedade alagoinhense enquanto cidade, ainda começava a se desenvolver, assim como a educação ainda era mesclada entre a formal, escolar, e a informal, desenvolvida em casa, com professores particulares. Somente a partir de 1987 é que vai haver a oferta do Primeiro e Segundo Grau (Primário e Ginásio) na cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Sociedade. Alagoinha do Piauí.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the relationship between Education and Society in the city of Alagoinha do Piauí during the decade of 1980. The discussion of the educational process developed in that city is covered along with its historical context. Analyzes the formation of the city and its political emancipation, the local economy, characterized by livestock and agriculture and also this religion in alagoinhense society. These analyzes were fundamental to understand how was the formal and informal educational process, developed in rural and urban areas, pointing his major contributions to the alagoinhense society. Were used as sources for the development of this work, photographs, poems, historical summaries and oral testimony with students and teachers who have studied and worked in the city of Alagoinha do Piauí in the 1980 for the construction of reflections on the theme Education and Society, counted on the support of Alcebiades Costa Filho, Maria Amparo Borges Ferro and Maria Alveni Barros Vieira and among other authors. For we may weave considerations about the city, we rely on Raquel Rolnik and Roberto Lobato Corrêa. Already on the discussion about the relationship between history and memory we rely on Alessandro Portelli and Sonia Maria de Freitas. On Education and the alagoinhense society in the 1980s, both walked side by side, one can only develop from the other, so in the decade under study, the alagoinhense society as a city also began to develop, as well as education was still mixed between formal, school, and the informal, developed at home with private tutors. Only from 1987 is that there will be the offer of complete primary education in the city.

**KEY-WORDS:** Education. Society. Alagoinha do Piauí.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização de Alagoinha do Piauí dentro do território piauiense.....	16
Figura 2: Estátua de São Francisco, na Praça Pública de Alagoinha do Piauí, 2014.....	34
Figura 3: Placa de inauguração da Praça São Francisco, construída em 1990, que homenageia o Santo, festejado em outubro.....	34
Figura 4: Apresentação de peça teatral na Unidade Escolar Enéas Policarpo, 1980.....	55
Figura 5. : Desfile de 07 de setembro realizado pelos alunos da Unidade Escolar Enéas Policarpo, na década de 1980.....	55
Figura 6. : Desfile de 07 de setembro realizado pelos alunos da Unidade Escolar Enéas Policarpo, na década de 1980.....	55
Tabela 1: Municípios piauienses emancipados entre a década de 1950 a 1960.....	20
Tabela 2: Relação das escolas existentes nas localidades que depois seriam o Município de Alagoinha do Piauí, na década de 1980.....	40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS DA SOCIEDADE ALAGOINHENSE E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1. 1 Política.....	16
1. 2 Economia.....	26
1.3 Religião.....	30
<b>EDUCAÇÃO RURAL E URBANA.....</b>	<b>36</b>
2.1 Práticas pedagógicas.....	42
2.2 Estrutura Física.....	47
2.3 Relações entre aluno e professor e aluno/aluno dentro do âmbito escolar.....	51
2.4 A influência da educação na sociedade alagoinhense na década de 1980.....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

O tema proposto para este trabalho aborda a relação entre educação e sociedade, na cidade de Alagoinha do Piauí na década de 1980. Como sabemos a educação é um dos pilares de sustentação de todas as sociedades, pois é através desta que os aspectos básicos de uma sociedade, desde a política, passando pela economia e por fim chegando ao nível cultural, são moldados, causando nestas profundas transformações, tanto nos aspectos positivos como negativos da mesma.

Observamos que até a década de 1980, a educação formal no Piauí não era garantida a todos. Pelo fato de que a maioria das crianças era obrigada a trabalhar na lavoura, ajudando no sustento da família, de forma que, não tinham tempo e muito menos oportunidade de estudarem. Com isso, a educação formal durante muito tempo esteve atrelada a sinônimo de riqueza. Portanto, essa pesquisa foi necessária para entender como se deu o processo de transição da educação informal para a educação formal na sociedade alagoinhense.

O recorte temporal, década de 1980, refere-se também à instalação da Unidade Escolar Estadual Enéas Policarpo em 1987, um ano após Alagoinha do Piauí conseguir a sua emancipação político-administrativa, daí a opção por abordar também um pouco de política, economia e religiosidade, aspectos constituintes, junto com a educação, da sociedade alagoinhense. A referida escola (Enéas Policarpo) passou a oferecer as crianças e jovens do município o Ensino Fundamental completo (na época chamados de Primeiro e Segundo Grau), até então inexistente tanto na esfera estadual como municipal de ensino.

Estudar sobre educação e sociedade em Alagoinha do Piauí significa para a pesquisadora, uma forma de conhecer melhor a trajetória cultural de seu lugar, e, portanto, de sua própria história cultural enquanto pessoa e cidadã alagoinhense.

O trabalho investigativo partiu das seguintes questões norteadoras:

- Como se desenvolvia a educação formal e informal em Alagoinha do Piauí na década de 1980?
- Quais eram as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas?
- Qual a importância das escolas para sociedade Alagoinhense na década de 1980?

A partir destes questionamentos, iniciamos um trabalho de leitura da bibliografia existente sobre o tema, que pudesse promover o suporte teórico necessário para a realização deste trabalho, bem como a realização de pesquisa documental, nos arquivos da Prefeitura

Municipal de Alagoinha do Piauí, da Secretária Municipal de Educação, além do uso de fotos, poesias e depoimentos orais.

Os depoimentos colhidos forneceram os subsídios necessários para o desenvolvimento da escrita deste trabalho, uma vez que as fontes escritas sobre o tema estudado eram escassas. Tornando-se necessária a utilização da memória tanto individual como a coletiva, como base na fundamentação deste trabalho, uma vez que as memórias nos oferecem várias interpretações ao mesmo tempo. A respeito da memória como um lugar de múltiplas interpretações, nos baseamos em Alessandro Portelli (1996, p. 66), quando este defende a ideia de que “A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”.

Ainda segundo o mesmo autor, no seu artigo sobre o Massacre de Civitella, no livro “Usos e abusos da história Oral”, organizado por Marieta de Moraes Ferreira (1998), sobre o tema da história e da memória, ele explica que:

Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernas, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada. (PORTELLI, 1998, p.125).

Quanto à relação da memória com a história oral, nos utilizamos das reflexões de Sônia Maria de Freitas (2002), especialmente quando ela defende que:

A história oral privilegia, enfim, a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou “vencidos” da história [...] qualquer um de nós é uma personagem histórica. (FREITAS, 2002, p.51).

A monografia está dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo “**Aspectos políticos, econômicos e religiosos da sociedade alagoinhense e sua relação com a educação**” faz uma abordagem dos aspectos políticos, econômicos e religiosos que são essenciais para o entendimento de como se desenvolveu o contexto educacional dessa urbe. Trata ainda da chegada dos primeiros habitantes do que viria a ser a cidade de Alagoinha do Piauí, do início da povoação, as primeiras tentativas emancipatórias, resultando em seu desmembramento político-administrativo em relação à Pio IX, em 09 de Abril de 1986.

Ainda neste mesmo capítulo, discutimos sobre a economia local, sem nenhum desenvolvimento industrial, com uma pecuária incipiente e, estando totalmente voltada para a agricultura de subsistência, dependente dos ciclos climáticos, como costumam serem as

pequenas cidades do interior nordestino. E, finalmente analisa a forte presença religiosa em Alagoinha do Piauí e sua influência na sociedade.

São utilizadas as reflexões de Raquel Rolnik (2004) e Roberto Lobato Corrêa (2000), para tecer o debate acerca das concepções de cidade e do espaço urbano.

O segundo capítulo, “**Educação rural e urbana**”, aborda a educação desenvolvida no município de Alagoinha do Piauí na década de 1980, tendo como base para o estudo, os pesquisadores Maria do Amparo Borges Ferro (1996), Maria Alveni Barros Vieira (2005) e Alcebíades Costa Filho (2006). O texto aponta as principais dificuldades educacionais dentro da cidade de Alagoinha do Piauí, analisando o processo de transição da educação informal, (ainda atuante com as casas-escolas), para a educação formal, com a instalação do Ginásio (Segundo Grau) e sua contribuição para a sociedade. Analisa as principais práticas pedagógicas, os poucos recursos existentes na década em estudo, a estrutura física das escolas existentes e como estas eram vistas pela população.

Analisa também como se davam as relações entre os professores e os alunos e entre o próprio alunado dentro do ambiente escolar, e, por fim, analisa a influência que a educação desempenhou na sociedade Alagoinhense na década de 1980, quais os seus significados e contribuições.

## **CAPÍTULO I**

### **ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS DA SOCIEDADE ALAGOINHENSE E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO**

Para entender a educação dentro de uma sociedade, é necessário compreender o contexto na qual a mesma se encontra inserida. A educação assim como os demais setores sociais, são resultados de todo um processo político, econômico e cultural dessa sociedade, visto que para que possa haver um bom desempenho educacional é necessário que os demais setores sociais também estejam se desenvolvendo. Assim, entendemos que a educação escolar não se desenvolve de forma isolada, mas faz parte de todo um complexo conjunto articulado e dependente entre si.

Portanto, se faz necessário conhecer um pouco sobre os aspectos políticos, econômicos e religiosos na cidade de Alagoinha do Piauí, desde o período da sua formação até a década de 1980, que é o recorte temporal deste trabalho, com a finalidade de entender como se deu o desenvolvimento dos diversos setores sociais, entre eles o setor educacional.

Abordar a importância da política, economia e religião em Alagoinha do Piauí, é essencial para entender como se desenvolveu o processo educacional da mesma, uma vez que a economia local esteve voltada predominantemente para a agricultura familiar de subsistência e a pecuária. Sendo que muitas vezes o trabalho na roça acabava por prejudicar o acesso dessas crianças e adolescentes ao universo escolar. Em muitos casos esse prejuízo se revelava na falta de condições financeiras desses sertanejos, de proporcionarem o estudo de seus filhos deslocando-os de suas casas na zona rural, para a zona urbana, onde geralmente se encontravam as escolas.

A análise da política em Alagoinha do Piauí também se faz necessária, já que somente a partir de sua emancipação, em 1986, é que vai haver uma maior preocupação com a oferta de níveis mais elevados da Educação Básica, potencializada na fundação da Escola Estadual Enéas Policarpo, no ano seguinte, em 1987. A partir deste fato é que vai começar a existir o Segundo Grau (Ginásio) em Alagoinha do Piauí, nível de ensino mais condizente com a sua condição de cidade, adquirida no ano anterior.

A religiosidade alagoinhense, arraigada no seio da sociedade, também será rapidamente analisada, por entendermos que este também é um dos elementos constitutivos desta sociedade.

## 1.1 Política

Alagoinha do Piauí é um município autônomo, localizado na mesorregião do sudeste piauiense, microrregião de Pio IX, encontra-se situada a 385 km da capital Teresina, limita-se ao Norte com Pio IX, ao Sul com Vila Nova do Piauí, Campo Grande do Piauí e São Julião, ao Leste com Vila Nova do Piauí e Pio IX e ao Oeste com Monsenhor Hipólito. Possui uma área territorial de 448, 101 Km<sup>2</sup>, uma população estimada em 7.467 habitantes, (IBGE, 2010), e tem como principal atividade econômica a agricultura. Já sobre a Educação, segundo relatório da Fundação Cepro, referente ao ano de 2009, dos 7.447 habitantes, 1.875 pessoas se encontravam matriculadas nas redes estaduais e municipais de ensino, na cidade de Alagoinha, o que corresponde a aproximadamente 26% do total da população alagoinhense.

Podemos visualizar a localização de Alagoinha no território piauiense no mapa abaixo:



Figura 1: Mapa de localização de Alagoinha do Piauí dentro do território piauiense.  
Fonte: <http://www.alagoinhadopiaui.pi.gov.br>. Acessado em 12/02/2014.

O início da povoação de Alagoinha do Piauí ocorreu na virada do século XVIII, com a chegada de migrantes vindos de outras partes do Nordeste, os primeiros migrantes a se instalarem na região que hoje é a cidade de Alagoinha do Piauí, foram: Antônio Gomes de Lima, João Raimundo da Silva, José de Brito e José Dias de Medeiros, vindos dos Estados do Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

As informações sobre estes migrantes e a povoação das áreas que hoje formam o Município de Alagoinha do Piauí foram encontradas em *Resumos Históricos* pertencentes aos acervos dos arquivos da Prefeitura Municipal de Alagoinha do Piauí e da Secretária Municipal

de Educação deste município. Estes documentos são os resultados dos registros das memórias dos antigos moradores da cidade que foram repassados de geração para geração, até serem organizados e compilados na forma de resumos escritos, e tendo como principal idealizador o senhor Adão das Chagas Brito.

Percebemos assim, o quão é necessário a memória coletiva e individual de uma população para a identificação e entendimento de seu desenvolvimento e expansão. Os relatos nos quais nos baseamos correspondem aquilo que o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006) coloca como a junção da memória individual e coletiva, postulando que:

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2006, p.69).

Ainda segundo o mesmo autor:

Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (HALBWACHS, 2006, p.31).

Ainda de acordo com estes *Resumos Históricos* os primeiros migrantes teriam se instalado na localidade<sup>1</sup> de Areia Branca, que fica à aproximadamente 5 quilômetros de distância da sede municipal. Esta localidade fica situada na Data Pedras, lembrando que o hoje município de Alagoinha do Piauí está encravado em três datas: Pedras, Canindé e Salamanca. Porém, de acordo com a jovem historiadora Maria Lucimar da Rocha (2014), esta versão da história pode estar equivocada, pois:

[...] o fato desta localidade (Areia Branca) dispor de um grande potencial de água subterrânea, vindo à superfície somente a partir da intervenção humana, pode funcionar como indício de que talvez esta não seja a versão mais acertada, uma vez que o mencionado fato não impossibilita a instalação de pessoas na região, pelo contrário, em circunstâncias normais funciona como imã, [...]. Mas, talvez na circunstância de primeiros desbravadores, dispo de grandes áreas de terras disponíveis, a opção mais lógica seria procurar locais onde as aguadas ou olhos d'água aflorassem mais facilmente. A margem do rio (que passa a poucos quilômetros do lugar) seria o local mais lógico. Assim sendo, trago aqui uma segunda versão a respeito do povoamento da região: [...] Segundo esta versão os primeiros colonos a chegar nestas terras [...] fixaram-se na localidade hoje denominada Piranhas, que fica às margens do Rio Grande [...], próximo ao lugar onde está situada a atual sede do município, a cidade de Alagoinha do Piauí. (ROCHA, 2014, p.22-23).

---

<sup>1</sup> Segundo o dicionário Aurélio “localidade” quer dizer lugar determinado, povoação, lugarejo.

Ainda de acordo com esses *Resumos Históricos* e com o trabalho de Lucimar Rocha (2014), podemos perceber que a tradição oral<sup>2</sup> não se trata de uma memória única e homogênea, mas sim de diferentes significados e versões que se contradizem ou se reafirmam, como nos demonstra Sônia Maria de Freitas (2002), ao falar da história oral na seguinte colocação:

[...] essa metodologia abre novas perspectivas para o entendimento do passado [...], pois amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além de nos possibilitar o conhecimento de diferentes “versões” sobre determinada questão, os depoimentos podem apontar continuidade, descontinuidade ou mesmo contradições no discurso do depoente. (FREITAS, 2002, p.50).

Ainda de acordo com a tradição oral, é relatado que foram as famílias Lima, Silva, Brito, Sá e Dias de Medeiros que juntamente com outras famílias que chegaram durante o século XIX, constituíram os primeiros povoadores da região e a união de seus descendentes resultou no posterior surgimento e erguimento do núcleo urbano do povoado Alagoinha.

Durante muito tempo os migrantes que habitaram essa região sofreram grandes dificuldades, pois não existia nenhum tipo de assistência do poder público no que concerne a saúde, moradia, transporte, educação ou qualquer outro benefício coletivo. Ainda com base na tradição oral, percebemos que as primeiras construções do que viria a ser a cidade de Alagoinha do Piauí foram realizadas por esses primeiros habitantes de forma bastante isolada inicialmente, pois não havia ainda comunicação entre essas pessoas de forma mais articulada, como aponta a historiadora Valdênia Maria da Rocha Alencar (2004), quando explica que:

[...], estas pessoas viviam isoladas, pois moravam em locais afastados onde a comunicação era difícil, praticamente inexistente. As famílias, muitas vezes, não sabiam da existência de outras pessoas na região. A falta de comunicação foi, por muito tempo, um empecilho ao desenvolvimento do Piauí [...], impedindo que houvesse uma integração maior entre estas e também com o restante do Brasil. (ALENCAR, 2004, p.29-30).

Então, a partir de 1930 há uma mobilização por parte dos senhores: Sérgio José Fialho, Armínio Fialho, Manoel Policarpo dos Anjos, João Gabriel de Brito, Antônio Cipriano de Brito e Cícero Gomes de Lima, interessados em melhorar o desenvolvimento da região, começando assim, o erguimento das primeiras construções de residências e edifícios públicos, inclusive a do Mercado Público de Alagoinha do Piauí, como é postulado pelo jornalista Marcos Carvalho (2006), quando informa que,

Em 1930 a partir de um plano formado pelos Senhores: Sérgio José Fialho, Armínio Fialho, Manoel Policarpo dos Anjos, João Gabriel de

---

<sup>2</sup> O conceito postulado aqui como tradição oral se refere ao processo de narração das histórias e fatos presenciados pelas pessoas mais velhas para seus filhos e netos. Faremos uso dessa tradição oral, uma vez que tivemos acesso direto a essas informações, por meio de nossas vivências na cidade em estudo.

Brito, Antônio Cipriano de Brito e Cícero Gomes de Lima foram edificadas as primeiras casas e iniciada a construção do Mercado Público de Alagoinha. A comarca pertencia ao Município de Fronteiras, mas por decisão judicial, passou-se a pertencer ao Município de Pio-IX, município do qual Alagoinha do Piauí foi desmembrada em 1986.(CARVALHO, 2006, p.60).

E foi a partir dessas construções iniciais de residências próximas umas das outras e da construção do Mercado Público que o pequeno núcleo populacional passou à categoria de povoado, como foi informado por Alencar (2004).

Alagoinha se tornou um povoado em 1934 por a ocasião do restabelecimento da autonomia política de Pio-IX, município do qual fazia parte. Este tinha sido incluído na degola dos municípios em 1931, que foi a supressão de dezenove municípios por decreto do Interventor Federal do Piauí. (ALENCAR, 2004, p.30).

No entanto, o então povoado Alagoinha não tinha uma assistência pública satisfatória, pois ficava muito distante da sede municipal que era Pio-IX. Essa distância impedia um maior contato do povoado Alagoinha e também diminuía a preocupação de Pio-IX com a população alagoinhense. Então, com o crescimento da população, aumentou também o desejo por parte dos seus habitantes de melhorias nas condições de vida e desenvolvimento da região, com isso a população do povoado Alagoinha se uniu na tentativa de conseguir sua independência política junto à Câmara Municipal de Pio-IX, como é abordado por Alencar (2004).

Mesmo existindo representação política de Alagoinha na Câmara Municipal de Pio-IX, a situação do povoado era precária. Para mudar esta situação as lideranças políticas de Alagoinha se uniram na tentativa de conseguir sua independência. Mas o processo foi muito difícil e demorado, pois os dirigentes políticos de Pio-IX que comandavam a política local, não queriam perder uma parte tão significativa e lucrativa de seu território. Significativa porque Alagoinha compreendia uma vasta área de terras, e lucrativa porque havia uma boa arrecadação de impostos. A primeira tentativa de emancipação política se deu em 1960, quando vários povoados conseguiram sua autonomia, entretanto Alagoinha teve sua proposta rejeitada pelos homens que controlavam a política em Pio-IX, por causa dos motivos acima citados.(ALENCAR, 2004, p.34).

Podemos perceber que por trás dessa rejeição da proposta de emancipação política de Alagoinha do Piauí, havia grandes disputas e jogos de interesse dos grandes senhores, coronéis de grandes posses que não podiam ou simplesmente não queriam perder seus poderes e domínios sobre uma parcela bastante significativa da população pertencente a Pio-IX. Tornando esses povoados como é o caso de Alagoinha, em joguetes e objetos de arranjos políticos.

Mesmo existindo representação política de Alagoinha junto à Câmara Municipal de Pio-IX, seus desejos e reivindicações de emancipação não foram atendidos na década de 1960, e isso causou indignação nos líderes políticos de Alagoinha do Piauí e também na

população, pois, de acordo com conversas informais com antigos moradores, a esse respeito, a população no geral apoiava a causa emancipacionista. Sendo que os líderes políticos e os chefes de família, principalmente os que possuíam algum tipo de comércio eram os mais interessados na causa. Mas havia também apoio de outras pessoas, que mesmo não tendo interesses políticos ou econômicos, apoiavam a decisão de emancipação, por acreditarem que traria benefícios para a população, como o desenvolvimento de um sistema escolar mais eficiente, que pudesse atender a uma parcela maior da população.

Sobre esta ideia de ressentimento da população alagoinhense, por não conseguir a emancipação desejada na década de 1960, Lucimar Rocha (2014), coloca, em seu trabalho sobre o processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí, uma citação emblemática:

Para o povoado Alagoinha alcançar sua autonomia política, teve antes de enfrentar uma série de problemas. Nos anos sessenta, dezenas de povoados piauienses entraram com pedido de independência, todos foram bem sucedidos, tiveram seus projetos aprovados. Somente Alagoinha não teve este privilégio, sua proposta foi logo rejeitada pelos coronéis dirigentes do município de Pio IX, que conduziam a política de forma rasteira e arbitrária. (ORIGEM HISTÓRICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI, apud ROCHA, 2014, p. 52).

Observa-se que o que causou maior tristeza aos Alagoinhenses foi o fato de que no mesmo período em que entraram com o pedido de autonomia administrativa junto às autoridades de Pio-IX, vários outros povoados também fizeram o mesmo pedido e conseguiram sua emancipação política, sendo que somente o pedido de Alagoinha fora negado causando uma grande indignação junto ao povo. Entre os vários povoados que conseguiram a autonomia administrativa entre as décadas de 1950 e 1960, podemos citar os seguintes:

**Tabela 1: Municípios piauienses emancipados entre as décadas de 1950 e 1960.**

Cidade	Ano de emancipação	Município tronco
Pimenteiras	1954	Valença
Inhuma	1954	Valença
Monsenhor Hipólito	1956	Picos
São Julião	1960	Fronteiras
Francisco Santos	1960	Picos
Francinópolis	1961	Valença
Santo Antônio de Lisboa	1963	Picos
Padre Marcos	1964	Jaicós

Fonte: <http://www.portaldopiaui.com.br/cidades>. Acessado em 18/04/2013.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Observação: esta tabela não traz os nomes de todas as cidades piauienses que conseguiram sua emancipação no período em questão, foram escolhidas apenas as cidades mais próximas de Alagoinha.

Constatamos também que antes de Alagoinha entrar com o seu pedido de emancipação, ela já tinha sido cobiçado por outro município vizinho, o antigo povoado de Riachão (Monsenhor Hipólito), no intuito de que com a anexação do povoado Alagoinha ao de Riachão, o mesmo conseguisse sua autonomia junto ao distrito de Picos ao qual pertencia como foi explicado pelo historiador Pablo Marcel Bezerra dos Santos (2012).

Com a frustração de não ter conseguido o povoado de Jenipapeiro, os representantes políticos de Riachão, se dirigiram à cidade de Fronteiras, no desejo de conseguir do então prefeito daquela cidade, Antônio Pereira Bezerra, parente próximo de Zezinho Bezerra, a cessão do povoado Alagoinhas para integrar o novo município. Esforço esse que foi logo transformado em desânimo, Alagoinhas pertencia ao município de Fronteiras, e aquele povo não estava disposto a desfazer daquele povoado.(SANTOS, 2012, p.24).

É importante lembrar que na época que o povoado de Riachão conseguiu sua autonomia em 1957, o povoado de Alagoinha pertencia ao distrito de Fronteiras, voltando a pertencer ao distrito de Pio-IX em 1960, ficando sob seu domínio até 1986 quando foi desmembrado. Um dos maiores entraves à emancipação política de Alagoinha do Piauí, além da oposição dos mandatários, foi a Constituição Estadual de 1947 que ainda vigorava no início dos anos de 1960, onde havia uma série de exigências que deveriam ser atendidas para que houvesse a criação de novos municípios, dispostos no artigo 12, item I da Constituição:

Os municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos municípios, mediante lei do Estado, para cuja aprovação são exigidos dois terços da totalidade dos votos da Assembléia, cabendo a iniciativa:

I) Às respectivas Câmaras Municipais, conjuntas, no caso de incorporação, e isolados, nos demais casos, sempre por maioria absoluta;

II) A seiscentos eleitores, no mínimo, dentre as populações diretamente interessadas;

§ 1º - A formação de novos municípios dependerá, em qualquer caso, da coexistência das seguintes condições:

- a) População mínima de oito mil habitantes;
- b) Renda anual mínima de vinte mil cruzeiros;
- c) Patrimônio com área mínima de quatrocentos hectares.

(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, 1947).

O que percebemos, no entanto, é que de acordo com as regras da Constituição Estadual, a maior parte destes novos municípios criados não atendia a esses requisitos exigidos<sup>4</sup> e, mesmo assim, conseguiram sua emancipação. Isso nos leva a inferir que

---

<sup>4</sup> Para maiores informações sobre o processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí confira: ROCHA, Maria Lucimar da. **Caminhadas pela cidade**: um passeio pelo processo de povoamento, urbanização e

provavelmente houve manipulação de dados na criação destes novos municípios obtidos por meio de jogos e apadrinhamentos políticos, engendrados nesses movimentos emancipacionistas. Sobre esses atos ilícitos em prol da reassignificação do uso dos espaços podemos nos remeter ao geógrafo Roberto Lobato Corrêa, quando o mesmo fala da atuação dos agentes sociais e das transformações ocasionadas por estes:

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 2000, p.11-12).

Portanto, vemos que Alagoinha também não atendia aos requisitos e também não contava com o apadrinhamento de pessoas influentes que se interessassem por sua causa, muito pelo contrário, os poucos personagens influentes que existiam queriam mesmo era que Alagoinha continuasse na mesma posição em que se achava.

Em 1964 dá-se o Golpe Civil-Militar, onde o Brasil passou a ser comandado por Governantes Militares pelo período de 21 anos, terminando em 1985. Durante este tempo entra em vigor a Carta Magna de 1967, tornando ainda mais rigorosas as exigências para a criação de novos municípios no qual se incluía Alagoinha, assunto este também tratado pela historiadora Ana Antônia de Jesus (2006).

A situação se agravou quando a Carta Magna do país, datada de 23 de Janeiro de 1967, outorgada pelo presidente Castelo Branco alterava ou substituía muitos artigos da Constituição de 18 de Setembro de 1946, que tratava da questão referente à emancipação de município, ficando suspensa durante dez anos a criação de novos municípios em todo o país, que dentre outros requisitos, exigia-se uma população mínima de dez mil habitantes. (JESUS, 2006, p.15).

Mesmo com todas essas adversidades os alagoinhenses não desistiram da ideia de conseguir sua emancipação política, continuaram unindo forças e buscando melhorias para o povoado com o intuito de que assim conseguissem o seu desejo de autonomia, como podemos ver na abordagem de Rocha (2014, p.54), “Quando da década de 1980, o povoado Alagoinha já contava com muitas benfeitorias urbanas, que motivaram ainda mais a sua população na busca pela independência administrativa com relação ao seu município sede, Pio IX”.

Então em 1984, Alagoinha já contava com uma série de benfeitorias públicas, reascendendo novamente nos alagoinhenses a expectativa de serem emancipados. Sendo

assim, a população do povoado Alagoinha, representada na Câmara Municipal de Pio-IX, nas vozes dos senhores: Salomão Caetano de Carvalho, José Enéas de Sousa e Braz José Neto, vereadores em exercício do povoado Alagoinha, começaram novamente a se articularem, porém, desta vez de maneira mais organizada e bem mais consciente dos procedimentos exigidos pela lei. Então o vereador José Enéas de Sousa, resolveu dar o primeiro passo em relação a conquista da emancipação política de Alagoinha do Piauí, elaborando um “Relatório de Obras públicas e da população do povoado Alagoinha - Pio IX-PI”, no qual estão listadas todas as obras e benfeitorias realizadas e a realizar no povoado Alagoinha e, além disso, no relatório foi proposta uma nova denominação para o povoado, como foi discutido por Rocha (2014).

Em 1985 foi formulado um requerimento em nome dos “eleitores residentes e domiciliados no povoado Alagoinha, Município de Pio IX” [...], para solicitar junto à Assembleia Legislativa a sua transformação em município independente. Curiosamente, o requerimento propõe que a denominação para o município por ele solicitado venha a ser chamado, depois, de elevado a categoria de cidade, de Marianópolis e não Alagoinha, como então se chamava o povoado.(ROCHA, 2014, p.56).

Ocasionalmente assim, uma surpresa para a população e despertando a curiosidade do povo na tentativa de decifrar e entender o significado da nova denominação solicitada pelo senhor José Enéas de Sousa, que seria o de “Marianópolis”, no lugar do já empregado Alagoinha. Uma das possíveis explicações para tal caso seria a de que o senhor José Enéas de Sousa queria fazer uma homenagem ao seu avô Mariano Policarpo de Sousa, ex-delegado do povoado Alagoinha. Depois da elaboração dos já citados requerimentos, os mesmos foram entregues ao então Deputado Estadual Idelfonso Vieira Dias, que tomando as “rédeas da situação” o encaminhou a Assembleia Legislativa do Piauí, como também foi demonstrado por Rocha (2014, p. 56), “Ao que parece, daí em diante, o próprio Deputado (Idelfonso Vieira Dias) toma ele mesmo a frente dos encaminhamentos e procedimentos necessários para a empreitada.”

Percebemos com base nos registros existentes que houve uma mudança de postura por parte de alguns mandatários de Pio IX, que antes eram opositores ferrenhos a emancipação do povoado Alagoinha. Em 1985 a partir da elaboração do requerimento, alguns destes opositores como, por exemplo, o vice-prefeito de Pio IX (José Ferreira de Alencar Mota, mais conhecido popularmente como *Zuca Berto*), e também sogro do Deputado Idelfonso Vieira Dias, passa então a colaborar na luta pela emancipação de Alagoinha.

Como já foi dito o próprio Deputado Idelfonso Vieira Dias se encarregou de organizar toda a documentação que atendesse as exigências mínimas. Entre essas documentações foram feitas solicitações sobre a população total da área de Alagoinha junto ao IBGE, ao TRE e a Secretária de Fazenda do Estado, conforme podemos encontrar nos trabalhos de Alencar (2004), Jesus (2006) e Rocha (2014), que tratam a respeito do processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí.

Por fim, após ter-se arrolado toda a documentação necessária à comprovação e preenchimento dos requisitos legais, a Assembleia Legislativa do estado do Piauí, solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral, a realização de um Plebiscito com a finalidade de consultar a população de Alagoinha sobre o desmembramento da área do povoado, o elevando a categoria de município e também sobre a troca ou permanência do nome Alagoinha pelo nome de Marianópolis, como foi pedido pelo vereador José Enéas de Sousa em seu requerimento enviado a Assembleia Legislativa. Porém, acontece que nem todos os habitantes do povoado Alagoinha estavam de acordo com essa nova proposta, pelo fato de já estarem acostumados com a sua antiga denominação, e alguns eram contra por motivos partidários. Então os políticos opositores à proposta, recorreram ao também Deputado Estadual em exercício na época, Marcelo Coelho para que este, em nome da população alagoinhense, recorresse junto às autoridades competentes, para que não houvesse essa mudança de nomenclatura.

Desta forma, foi necessária novamente a formulação de um novo requerimento e de novas documentações a respeito desse parecer, então, após todas as análises do caso em questão, a Assembleia Legislativa emitiu um parecer em 28 de Agosto de 1985, que autorizava a realização de um Plebiscito, com a dupla função de consulta da população a respeito do desmembramento do povoado, transformando-se em um município e da permanência ou não de seu nome antigo.

Foi estabelecido o dia 22 de Dezembro de 1985, para a realização da consulta popular do Plebiscito, tendo como resultado a concordância da população à emancipação política do povoado e também da permanência do nome Alagoinha.

Apesar de não ter sido cumprido todas as exigências legais – como a população mínima de 8 mil habitantes, segundo a Constituição Estadual do Piauí de 1947 e de 10 mil habitantes, segundo a Constituição Federal de 1967, ou seja, até 2010 a população estimada da cidade de Alagoinha do Piauí era de apenas 7.467 habitantes (IBGE, 2010) – foi aprovado o Projeto de Lei datado de 04 de Março de 1986 que trata da criação do Município Alagoinha do Piauí como também foi abordado por Rocha (2014) em seu trabalho.

A partir da aprovação do Projeto de criação do Município de Alagoinha do Piauí pela Assembleia Legislativa, o mesmo entra em vigor no dia 09 de Abril de 1986, quando o então governador do Estado do Piauí, Hugo Napoleão do Rego Neto, sanciona a Lei Estadual 4.042 na qual fica decretado que:

Art. 1º - Fica criado o município de “Alagoinha do Piauí” com sede no atual povoado “Alagoinha”, que por esta Lei, se eleva à categoria de cidade.

Art. 2º - A circunscrição territorial do novo município de “Alagoinha do Piauí” será constituída das datas Canindé, Salamanca e Pedras, obedecendo as linhas perimétricas já julgadas em competente processo demarcatório e desmembrados do município de Pio IX [...].(DIÁRIO OFICIAL. 09 de abril de 1986).

Como no ano de 1986, haveria a realização de eleições estaduais, aproveitaram o momento para a realização da primeira eleição municipal do recém-criado município de Alagoinha do Piauí, sendo que a mesma ocorreu no dia 15 de Novembro de 1986. Nessa primeira eleição a disputa pelo cargo de prefeito ocorreu entre três chapas, com os seguintes nomes:<sup>5</sup>

- Adão das Chagas Brito e Luis Alves Gonzaga (PFL);
- José Enéas de Sousa e José Coriolano da Luz (PFL);
- Salomão Caetano de Carvalho e Pedro José Neto (PDS).

Esses senhores estavam todos à frente do projeto de emancipação política de Alagoinha do Piauí, inclusive, alguns deles eram vereadores pelo município de Pio IX. Sendo assim, podemos perceber que o poder municipal da recém-criada Alagoinha do Piauí, continuou nas mãos das mesmas pessoas que já possuíam certo poder político. Nesta primeira disputa eleitoral, quem venceu foi a chapa do PDS, cujos primeiros dirigentes foram Salomão Caetano de Carvalho e Pedro José Neto. O mandato teve a duração de apenas dois anos.

O processo turbulento e complicado pelo qual Alagoinha do Piauí conseguiu sua autonomia política, foi abordado neste tópico, por entendermos que este foi um momento importante para a sociedade alagoinhense, sobretudo, por que a partir da transformação do povoado em cidade, foi aberto um leque maior de possibilidades de crescimento dos setores sociais básicos de qualquer comunidade social. Entre eles está a Educação, que com a

---

<sup>5</sup> Sobre essa disputa eleitoral ter ocorrido entre duas chapas com a mesma sigla partidária, foi informado pelo Sr. Luis Alves Gonzaga candidato a vice-prefeito pela sigla PFL, em 1986, que na época em estudo – década de 1980 – era permitido por lei o registro de mais de uma chapa com a mesma sigla partidária em disputas eleitorais. No entanto, estas chapas seriam diferenciadas como PFL legenda 1, e PFL legenda 2, como ocorreu a nível nacional com os partidos ARENA 1 e ARENA 2.

emancipação, foi adquirindo um caráter mais formal, com a fundação da Escola Estadual Enéas Policarpo em 1987, assunto que abordaremos mais profundamente no próximo capítulo.

A partir do momento que Alagoinha do Piauí se tornou uma cidade, a educação escolar também começou a crescer em importância, uma vez que surgiu a necessidade de uma comunidade letrada, capaz de preencher os cargos políticos, administrativos e burocráticos que esta cidade estava disponibilizando. A pesquisa indicou também uma procura maior pela educação escolar, agora que os alagoinhenses se sentiam mais participantes do exercício de sua cidadania. Sobre a ideia de cidadão, concordamos com Raquel Rolnik (2004, p. 22), quando ela afirma que “[...], o conceito de cidadão não se refere ao morador da cidade, mas ao indivíduo que, por direito, pode participar da vida política”.

## 1.2 Economia

A economia do Município de Alagoinha do Piauí na década de 1980 e bem como até os dias atuais se encontrava centrada em torno do setor primário com predominância da agricultura e da pecuária, com destaque para o cultivo de Caju, Feijão, Milho e Mandioca, e da criação de aves, bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equinos. Nota-se que para o desenvolvimento de uma cidade, é necessária uma maior organização social, para que dessa forma possa haver um maior desenvolvimento urbano político, cultural e econômico necessários a sua expansão e modernização<sup>6</sup>.

De acordo com os documentos analisados no tópico anterior, percebemos que o primeiro passo dado pela população de Alagoinha do Piauí para o seu desenvolvimento, foi à construção do Mercado Público em 1930, por seus primeiros habitantes. Observa-se que a feira local já existia mesmo antes da construção desse mercado, como nos mostra Carvalho (2006).

A Primeira Feira Pública de Alagoinha aconteceu no dia 15 de Outubro de 1928, uma segunda-feira, reuniu os moradores da Vila Alagoinha e os habitantes das áreas rural, próximas ao vilarejo; Antes a feira funcionava dentro do mercado, na época de Povoado. Hoje a Feira acontece aos domingos, ao redor das laterais do mercado e ao lado da Praça São Francisco, com bancas e barracas e os mais variados artigos e produtos, tanto do campo, como dos grandes centros, tais como roupas e objetos.(CARVALHO, 2006, p.67).

---

<sup>6</sup> GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Alagoinha do Piauí. Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí: Unidade de Apoio ao Planejamento Regional. Março, 2004.

Porém, há um maior desenvolvimento desta a partir da construção do mercado, e passando a adotar o sistema de feira de caráter semanal. Sobre essa atração ocasionada pela feira, nos remetemos a Rolnik (2004), que faz uma análise desta situação.

Tudo isto se refere a um tipo de espaço que, ao concentrar e aglomerar as pessoas intensifica as possibilidades de troca e colaboração entre os homens, potencializando sua capacidade produtiva. Isto ocorre através da divisão do trabalho. Isolado, cada indivíduo deve produzir tudo aquilo que necessita para sobreviver; quando há a possibilidade de obter parte dos produtos necessários à sobrevivência através da troca, configura-se a especialização do trabalho e instaura-se um mercado.(ROLNIK, 2004, p.25-26).

Percebemos que o município de Alagoinha do Piauí, na década de 1980, possuía características rurais com quase nenhum tipo de desenvolvimento que visasse à produção industrial ou um comércio mais desenvolvido. Essa característica rural pode ser identificada até mesmo no Hino Oficial do município, de autoria da professora Maria Fidélia da Rocha Brito:

Teus filhos são gigantes, são guerreiros,  
A tirar da mãe terra o seu sustento  
Terra boa do feijão dos cajueiros  
Que não nega aos teus filhos o alimento.

No fragmento do Hino à Alagoinha do Piauí, acima citado, podemos perceber como a economia do município estava condicionada aos ciclos relacionados às estações climáticas, como também era dependente dos esforços físicos desses sertanejos acostumados a lidar com as agruras de uma terra constantemente castigada pelas secas, como explica Jesus (2006), à esse respeito.

A agricultura e a pecuária são a base da economia local. São atividades de produção de alimentos para o consumo interno e externo, com pouco aproveitamento industrial; todas as atividades são feitas de forma artesanal, com uso da mão-de-obra familiar, desenvolvida em pequenas propriedades, que garante o sustento do agricultor e seus familiares, sendo que nos longos momentos da estiagem, essas famílias passam momentos difíceis, necessitando de uma intervenção do governo.(JESUS, 2006, p.21).

Ainda relacionado à situação climática da região Nordeste, Santos (2012) destaca em seus estudos sobre a cidade de Monsenhor Hipólito, como se dava essas divisões do ano em ciclos, divisões estas que também ocorrem no município de Alagoinha do Piauí.

Nos primeiros meses do ano, período em que aconteciam as chuvas, era o tempo de lavrar a terra e prepará-la para o plantio, onde o sertanejo depositava sua esperança de sobrevivência para o restante do ano. Nos meses de abril e maio, havia então a colheita do feijão e do milho, cereais que eram à base da agricultura do município. Após o

ciclo do feijão, o agricultor espera até julho e agosto para iniciar o período das desmanchas- arranque da mandioca para a produção da goma e da farinha- mais um meio de sobrevivência daquela cidade, que se caracterizou em uma atividade econômica. (SANTOS, 2012, p.34).

A grande falta de investimentos e incentivos para que houvesse um maior desenvolvimento da economia local, foi também um dos muitos entraves ao processo emancipatório do povoado, visto que o setor econômico era deficiente não atendendo a renda anual mínima exigida, sendo necessária ajuda de complementos externos para a sua emancipação, assunto este abordado por Carvalho (2006).

Em relação aos números sócio-econômico municipal, segundo o coletor de arrecadação municipal da Fazenda em Pio-IX, Mário Aguiar, a arrecadação do povoado de Alagoinha, era insuficiente. O comércio compunha-se de pequenos negócios informais, de estrutura familiar, existindo, porém, algumas empresas formais. Mas, Alagoinha tinha seu segmento pouco assistido por instituições oficiais. As fontes de receita que circulavam eram provenientes basicamente das atividades agropecuárias, das aposentadorias rurais. Foi então que o Dr. José Hailton de Alencar, filho de José Ferreira de Alencar Mota (Zuca Berto), então Secretário de Estado da Fazenda do Piauí, assumiu a responsabilidade pelos valores da renda do Município em Teresina e deu o aval, para a complementação dos valores necessários a Emancipação Política de Alagoinha do Piauí.(CARVALHO, 2006, p.86).

Portanto, vemos que a economia do município de Alagoinha do Piauí esteve voltada para a agricultura de subsistência desde sua formação, com quase nenhum tipo de inovação tecnológica tais como: Assistência técnica, práticas de plantio modernas, correção e adubação do solo, combate a pragas e doenças. Em meio a essas práticas agrícolas obsoletas estava o fator mais agravante, a grande irregularidade das chuvas, causando dessa forma o baixo nível de renda familiar.

Ainda falando sobre agricultura, foi possível notar que as produções das culturas do feijão e do milho foram mais voltadas para o consumo interno, com poucos excedentes. O milho era largamente utilizado como ração animal sendo que grande parte da população alagoinhense, na década de 1980, era de criadores de rebanhos, seja do tipo bovino, suíno, caprino, ovino ou equino. Também havia a criação de aves que se constituía como uma fonte de renda extra e um meio de complementação da dieta familiar como fica explicado na seguinte colocação de Rocha (2014), sobre essa abordagem.

[...] o povoamento de muitas localidades e municípios do Piauí, que estava atrelado à sua fonte de economia, onde o rural e o urbano coexistiram por muito tempo, bem como o latifúndio e as pequenas propriedades, o que parece ser o caso das propriedades que

compunham e compõem a área que hoje é o município de Alagoinha do Piauí. Pequenas fazendas ou sítios, onde ocorre a criação de animais e a agricultura familiar de subsistência, viabilizada pela numerosa família, que como era de costume, se agrupava em uma família patriarcal onde os muitos filhos constituíam também a principal mão de obra no empreendimento familiar. A atração de pessoas convergindo para as áreas hoje correspondentes ao município de Alagoinha do Piauí, se deu, em seu início, justamente através da procura por terras próximas às aguadas, visto que Alagoinha fica situada às margens do Rio Marçal, antigamente chamado de Rio Grande e posteriormente Riachão, onde a atividade de criatório de gado e a instalação de pequenos sítios se tornam mais propícia. (ROCHA, 2014, p.18).

É necessário ressaltar que economia com base na pecuária, remonta desde os primórdios do município de Alagoinha do Piauí, uma vez que sua ocupação inicial, bem como o início da colonização do território piauiense, ocorreu justamente através da instalação e expansão da pecuária extensiva. Sendo originados em torno dessas fazendas os primeiros núcleos urbanos no Piauí, o mesmo ocorrendo em Alagoinha quando da vinda dos primeiros desbravadores a essa região, a procura de terras próximas à aguadas e propícias para a criação desses rebanhos.

Também foi possível perceber que como não havia investimentos na produção econômica local, as poucas oportunidades de desenvolvimento de algumas atividades de caráter artesanal se tornaram bastante limitadas, se restringindo somente a produção de forma caseira dentro do âmbito familiar, como por exemplo, a produção de alguns doces, como o de caju e o de leite, sem nenhum tipo de expansão de venda no mercado externo, limitando-se mais a produção por encomenda; e também existia a produção do artesanato em couro, atividade esta desenvolvida pela comunidade<sup>7</sup> de Barra do olho d'água, que faziam desde o beneficiamento do couro até a fabricação de selas, arreios, cabeções, chapéus e chinelos fabricados por encomenda e que às vezes o seu excedente era escoado para outras regiões como Picos e Araripina.

Observamos que todas essas produções foram elaboradas na informalidade, sem caráter empresarial, com a utilização de mão de obra familiar sem nenhum tipo de qualificação profissional, sendo que estes conhecimentos foram transmitidos dos pais para os filhos e são vistas como atividades complementares à renda básica familiar.

---

<sup>7</sup> Segundo o dicionário Aurélio “comunidade” quer dizer qualidade ou estado do que é comum. Qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos demográficos, econômicos e/ou culturais comuns.

Das culturas praticadas no município de Alagoinha do Piauí, a de caráter mais rentável é a Mandioca<sup>8</sup>, visto que as farinhadas são famosas em quase todo o Piauí, pois se trata de uma cultura voltada para o consumo interno. Mas que também é uma das produções mais comercializadas, pois a farinha de mandioca é um item essencial e indispensável da dieta do sertanejo. Há ainda o setor terciário, porém, de pequeno porte e com poucas variedades e também este é praticado no âmbito familiar, geralmente sem a contratação de funcionários adicionais.

No entanto, por falta de maiores investimentos, o desenvolvimento econômico local se torna bastante reduzido e as suas potencialidades locais e naturais sub aproveitadas.

Fazendo uma relação da economia – um dos setores constitutivos da sociedade alagoinhense – com a educação na década de 1980, percebemos que o tipo de atividade econômica mais praticada no município (e também antes como povoado), a agricultura familiar, dava pouco espaço aos jovens, e até mesmo às crianças, de terem acesso às escolas.

Um dos motivos para este fato é que havia poucas escolas no município (e também antes como povoado) e, estas se situavam em regiões distantes umas das outras. Para piorar a situação, não havia transporte escolar. Sendo assim, ficava difícil o deslocamento regular, diário, das crianças e dos jovens para as escolas, sobretudo aqueles que moravam na zona rural, haja vista que os pais precisavam da ajuda diária dos filhos na lavoura, na criação dos animais, enfim, no desenvolvimento da atividade econômica que lhes rendia o sustento familiar. Mandar seus filhos para a cidade, pra residir nas casas de parentes ou pagando aluguel, a fim de concluírem o Primeiro e o Segundo Grau era, para a maioria dos alagoinhenses, um luxo e um investimento financeiro que eles, simplesmente não teriam condições financeiras de arcar, uma vez que a maior parte da população – como vimos nesta pequena análise da economia alagoinhense na década de 1980 – vivia da agricultura de subsistência.

A educação de nível médio e superior, para os alagoinhenses desse período, era algo ainda mais raro, já que pouquíssimos tinham condições econômicas de enviar seus filhos para as cidades maiores, onde este nível de ensino era ofertado.

### **1. 3 Religião**

Quanto aos aspectos religiosos presentes na sociedade alagoinhense, do momento em que passa a se constituir como um povoado maior e mais organizado, até a década de 1980,

---

<sup>8</sup> Fonte: ver nota de rodapé 7.

quando se torna cidade emancipada, temos algumas informações, principalmente através da análise de poemas de cronistas locais e também a partir de conversas com pessoas mais velhas, das comunidades religiosas. Histórias que vivenciaram ou que ouviram de seus pais ou avós.

Os trabalhos acadêmicos sobre Alagoinha do Piauí, a exemplo de Alencar (2004), Jesus (2006) e Rocha (2014) também tratam um pouco sobre a religiosidade alagoinhense, mais especificamente, sobre a construção da Igreja de São João Batista, padroeiro da cidade.

A religiosidade, sobretudo a católica, foi uma constante na vida dos primeiros povoadores de Alagoinha, sendo praticada em casa, com a família, em pequenos oratórios domésticos, segundo lembram os mais velhos. Por vezes também se festejava as novenas, dedicadas aos santos de devoção daquela determinada localidade, neste caso, não comportava apenas a família, mas também os vizinhos, parentes e conhecidos que se reuniam na casa que adotavam como a “casa de tradição” para rezar a “novenas”. Era o costume pelo qual os vizinhos e integrantes de uma comunidade religiosa se reuniam por nove noites consecutivas para rezar e reverenciar a um determinado santo.

Este costume de se reunir com os vizinhos para celebrar a religiosidade é relatado pela cronista/poetisa Maria Fidélia da Rocha Brito, no poema Piranhas do meu tempo<sup>9</sup>:

“Forma” fazia a novena  
Para São Sebastião  
Eu ainda era pequena  
Mas lembro da tradição.

As mulheres entoando  
Ladainhas em latim  
Homens fora conversando  
O costume era assim.

No final vinham entrar  
E fazer a devoção  
Beijar o santo, o altar  
Ofertar o seu tostão.  
(BRITO, 2007).

Podemos perceber, a partir da análise do poema, a autora relatando a prática cotidiana de se rezar a novena com costumes herdados ainda dos europeus, com resquícios de antigas ladainhas em latim. Podemos perceber também, que cada localidade tinha seu santo de devoção. Em Piranhas era São Sebastião, mas, há relatos ainda mais antigos sobre o culto a

---

<sup>9</sup> Piranhas é uma localidade rural do agora Município de Alagoinha do Piauí, situada as margens do Rio Grande, hoje Marçal, à cerca de seis quilômetros da sede municipal. A autora está se referindo, no poema, a um período em torno da década de 1960, quando a mesma era criança e cresceu nesta localidade. É válido lembrar que neste momento Alagoinha ainda era um povoado que pertencia ao Município de Pio IX.

São João Batista, dos quais Rocha (2014) alude em seu trabalho, ao falar da construção da Igreja de São João Batista, no povoado Alagoinha:

A tradição oral apresenta a versão histórica de que o início da celebração das novenas de São João Batista teria começado a acontecer no ano de 1915, não no povoado Alagoinha, mas na localidade Areia Branca, na casa do casal Antônio Pedro Pereira e Izabel Pereira, sendo um momento de grande festividade, onde se reunia não só a comunidade local, mas também das localidades vizinhas. Nestas ocasiões, festejava-se não apenas o santo padroeiro, como também era uma oportunidade para socializar, reencontrar os amigos e conhecidos, conhecer novas pessoas, iniciar namoros, comprar e vender comes e bebes. Enfim, era um momento, dentre poucos, de distração/socialização. (ROCHA, 2014, p. 38).

Na citação acima, Lucimar Rocha corrobora o que mencionamos anteriormente, isto é, cada localidade tinha seu santo protetor. O santo de devoção da localidade Areia Branca – uma das mais antigas da região – era São João Batista, que depois passou a ser celebrado no povoado Alagoinha, após a construção da Igreja de São João. A construção desta igreja fora iniciada em 1945 e concluída em 1949, por meio de mobilização popular, realizada pelos moradores alagoinhenses. Esse mutirão de fieis católicos foi retratado em outro poema de Maria Fidélia da Rocha Brito:

Mil novecentos e quarenta e cinco  
Iniciaram a peleja,  
Nosso povo fez afinco  
Pra construir essa Igreja.

Sob a nobre direção  
De Marcos João de Carvalho  
Que enfrentava o mutirão  
Conduzindo o trabalho.

E o povo com alegria,  
Dava a cooperação  
Para ver feita um dia  
A Igreja de São João.  
(BRITO, 2006).

Novamente analisando o poema, podemos perceber que a população alagoinhense era muito apegada à religião, ao seu santo padroeiro, construindo com recursos e iniciativa própria, a sua igreja, seu templo religioso, que acabou sendo um dos fatores que atraíam mais pessoas para morar no povoado, possibilitando o seu crescimento e a posterior emancipação. Sendo assim, compartilhamos da principal tese de Raquel Rolnik (2004), quando a autora coloca o templo religioso enquanto um dos elementos de atração das pessoas às cidades.

Sobre esse tipo de atração exercida pela construção do templo religioso, a citada autora faz a seguinte colocação:

A construção do local cerimonial corresponde a uma transformação na maneira de os homens ocuparem o espaço. Plantar o alimento, ao invés de coletá-lo ou caçá-lo, implica definir o espaço vital de forma mais permanente. A garantia de domínio sobre este espaço está na apropriação material e ritual do território. E assim, os templos se somam a canteiros e obras de irrigação para constituir as primeiras marcas do desejo humano de modelar a natureza. (ROLNIK, 2004, p. 13).

O momento de construção da Igreja não foi exatamente a primeira obra pública do povoado, mas, sem dúvida trouxe melhorias para a população, bem como a perspectiva de festejos regulares para homenagear o padroeiro. Ana Antônia de Jesus (2006) explica as dificuldades de se expressar a fé coletiva antes da construção da Igreja:

Antes da construção da Igreja em Alagoinha as missas eram realizadas uma vez por ano, em uma casa do povoado, quando vinha um padre de outro lugar, enquanto que os sacramentos de batismo e casamento eram recebidos nos municípios de Monsenhor Hipólito e São Julião, que já possuíam igrejas. (JESUS, 2006, p. 13).

Já sobre os momentos de distração e lazer proporcionados pela religiosidade, pelo menos uma vez por ano, no mês de junho, Alencar (2004) fala o seguinte:

Estes festejos tiveram início por volta de 1915 em Areia Branca, e depois do erguimento da Igreja passou a se realizar em Alagoinha, se tornando uma tradição que perdura até os dias de hoje, sendo o acontecimento mais importante do Município. (ALENCAR, 2004, p. 31).

Sendo assim, podemos perceber que a religiosidade em Alagoinha não se restringia apenas ao espaço do templo religioso, materializado na Igreja, mas era já praticada desde antes da sua construção, sendo por esta tradição legado a posterior sagração do Município à um padroeiro (São João Batista) quando esta localidade passa a ser uma cidade independente, a partir de 1986.

Os festejos religiosos em Alagoinha do Piauí, também se constituíam como, um dos principais momentos de lazer, de socialização. Onde se iniciavam amizades, namoros. Onde se realizavam casamentos, batizados, geralmente durante a época dos festejos juninos. Os festejos religiosos ainda são um dos maiores momentos de distração desta pequena cidade que, devido à sua pouca movimentação, são considerados pela população local um acontecimento importante e bastante esperado pelas pessoas.

Sobre esses espaços/momentos de sociabilidades, podemos nos remeter as reflexões de Sandra Jatahy Pesavento (2010), que discute o fascínio e a atração exercida pelas diferentes representações das cidades:

[...] a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. (PESAVENTO, 2010, p. 14).

Percebemos que a religiosidade alagoinhense também influenciava as obras públicas, como a sagração da Praça Pública da cidade (a única que a cidade possui) à São Francisco. Este santo é muito popular em Alagoinha do Piauí, cujos festejos e homenagens se realizam em outubro, conforme as fotografias que podemos visualizar abaixo, que foram tiradas em um local público de vivências sociais da cidade de Alagoinha do Piauí, a Praça Pública.



Figura 2: Estátua de São Francisco, na Praça Pública de Alagoinha do Piauí, 2014.  
Fonte: Acervo pessoal de Bibiana do Amparo Rocha, 2014.



Figura 3: Placa de inauguração da Praça São Francisco, construída em 1990, que homenageia o Santo, festejado em outubro.  
Fonte: Acervo pessoal de Bibiana do Amparo Rocha, 2014.

Podemos perceber assim, que a religiosidade, na sociedade alagoinhense, ultrapassa o limite da fé, permeando os espaços de vivência, sociabilidade, cultura e política, materializada na sagração de obras públicas a um santo reverenciado pela população local.

Desta forma, abordamos a religiosidade na sociedade alagoinhense, não como um espaço isolado, mas como um elemento que, junto com a política, a economia e a educação, integram a sociedade alagoinhense. A escolha pela análise dos fatores citados: política,

economia e por ultimo, religião, se fez necessária para entendermos as bases da sociedade que nos propomos a estudar e a sua relação com a educação no município de Alagoinha do Piauí na década de 1980.

Em se tratando especificamente da religiosidade e de como ela é encarada dentro da sociedade alagoinhense, percebe-se que ela está arraigada nas bases culturais de Alagoinha do Piauí. Esta religiosidade está aliada à fundação e crescimento do então povoado Alagoinha e, posteriormente, funcionou como um dos fatores que ajudaram na sua emancipação política. E, sem dúvida, também se pode relacioná-la com a educação, uma vez que o saber, a educação não é um conceito fechado, exclusivo da esfera escolar, mas também pode e deve ser considerado aquele saber/educação que se adquire nas práticas sociais, políticas e religiosas.

Além do mais, pode-se inferir que os jovens alagoinhenses da década de 1980 também buscavam se alfabetizar e ter acesso à educação formal, visando a participação nos grupos de jovens, formados dentro das comunidades religiosas. Segundo as conversas informais com líderes religiosos que atuaram na década de 1980 existia um desses grupos em cada localidade (Comunidades) do município, que se reuniam semanalmente com o objetivo de compartilhar leituras da Bíblia e se preparar para os sacramentos de Primeira Comunhão e Crisma. Por estes motivos, se faz pertinente, que, ao analisarmos a educação e a sociedade em Alagoinha do Piauí, incluía-se também uma breve análise da religião.

## CAPÍTULO II

### EDUCAÇÃO RURAL E URBANA

Neste segundo capítulo abordamos a educação escolar no município de Alagoinha do Piauí na década de 1980, apontando e discutindo as práticas pedagógicas desenvolvidas na época em estudo e analisando a importância das escolas para o referido município.

A educação consiste no ato ou processo de educar o ser humano para o pleno exercício e desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais, motoras e sentimentais. No entanto, para que ocorra esse processo educacional não há, necessariamente, a exigência de se estar em uma sala de aula, pois como postula o teórico Carlos Rodrigues Brandão (1985),

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é sua única prática e o professor profissional não é seu único praticante. (BRANDÃO, 1985, p. 9).

Existindo, porém, diversos modelos e formas de se ensinar, mesmo que essas formas não sejam as convencionais, não significa que elas não sejam importantes ou necessárias, já que é justamente as singularidades e as particularidades desses tipos educacionais existentes, como por exemplo, o lar, a igreja, o campo que as fazem tipo único e essenciais ao nosso pleno desenvolvimento intelectual, como é colocado novamente por Brandão:

Nas casas, nas ruas, na igreja, sendo que de um modo ou de outro, todos nós nos envolvemos pedaços da vida com ela, para aprendermos, ensinarmos, para saber, para fazer, para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1985, p.7).

O posicionamento de Carlos Brandão (1985) sobre a educação e a aprendizagem nos permite fazer uma ponte com o tópico que trata da Religião em Alagoinha do Piauí, analisado no primeiro capítulo deste trabalho. Isto porque o referido autor nos alerta de que os lugares onde se vive em sociedade, entre eles as igrejas, também funcionam como espaços onde se desenvolve a educação.

Devemos atentar para o fato de que é necessária uma junção entre esses diversos tipos de educação do cotidiano com a educação formal, oferecida dentro da escola, para que assim possa haver um maior desenvolvimento dos educandos e educadores, pois uma é complemento da outra, de forma que as duas juntas certamente tornarão o processo de ensino-aprendizagem bem mais instigante e proveitoso.

No entanto, o que percebemos em Alagoinha do Piauí na década de 1980, é que geralmente o ensino formal não andava de mãos dadas com o saber cotidiano, pois educação na escola era privilégio de poucos, geralmente dos filhos das famílias mais abastadas do município. Isto ocorria porque a população sertaneja sobrevivia à custa dos seus próprios esforços, nos trabalhos de pecuária e agricultura, dependendo da ajuda dos filhos, uma vez que contratar empregados demandava um alto custo econômico. Assim, o meio encontrado por estes sertanejos para suprir essa mão de obra, era contar com a ajuda dos filhos nas tarefas não só domésticas como também na agricultura de subsistência, que com isso não sobrava tempo e/ou oportunidade para estudarem na escola, conforme foi mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, no tópico que trata sobre a economia alagoinhense.

Porém, a cidade de Alagoinha do Piauí não era o único lugar em que isso o corria, visto que a ocupação do sertão piauiense deu-se através da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência, tornando dessa forma o trabalho infanto-juvenil em lugar comum em diversas cidadezinhas piauienses, como por exemplo, a cidade de Monsenhor Hipólito, tema de estudo do jovem historiador Pablo Marcel Bezerra dos Santos (2012), que aborda a temática “Educação e sociedade na cidade de Monsenhor Hipólito-PI durante os anos de 1975 a 1998”.

Na cidade de Monsenhor Hipólito, o trabalho infanto-juvenil entre o final da década de 1970, início da década de 1980, representava um tipo de aprendizagem para a vida adulta como uma necessidade em vista das condições socioeconômicas de algumas famílias do interior hipolitano, que tiravam da natureza o seu principal meio de sobrevivência, como o feijão, a mandioca, o milho, alguns legumes e hortaliças plantadas em canteiros no quintal da casa e também criavam alguns animais. (SANTOS, 2012, p.41).

Tema este também abordado pela pedagoga Maria Alveni Barros Vieira (2005), que trabalha “Educação e sociedade na cidade de Picos - PI, nas décadas de 1850 a 1930”, onde a mesma observa como a educação formal nos primórdios da colonização piauiense era considerada como algo desnecessário e vista como um “artigo de luxo”, uma vez que os conhecimentos necessários à sobrevivência da população de pequenas cidades como Alagoinha do Piauí, Monsenhor Hipólito e Picos eram transmitidos diariamente aos jovens e crianças pelos pais ou avôs, nas labutas cotidianas, pois eram através dessas iniciações e treinamentos que eles aprenderiam o básico para sua subsistência futura.

A participação de jovens e crianças nas atividades de pastoreio e em outras atividades peculiares à rotina das fazendas e povoados do território piauiense e de outras regiões do Brasil revela que o cotidiano infanto-juvenil era determinado, [...] a partir da rotina do mundo adulto. Nesse período – Picos povoado – em que o conhecimento escolar não era uma prática estabelecida e tão pouco considerado

necessário, a criança e o jovem têm, na família e nas atividades cotidianas, o *locus* privilegiado da sua Educação. (VIEIRA, 2005, p.27).

Percebemos a partir dos estudos de Vieira (2005) e Santos (2012), que o desprezo pela educação escolar pela maioria da população piauiense perdurou até a década de 1980. Sendo que o trabalho infanto-juvenil constituía uma aprendizagem difusa que reproduzia a vida adulta e garantia a manutenção daquele modo de vida.

Na transição do século XIX para o século XX não existia escolas ou professores com algum tipo de formação na região onde habitava os primeiros núcleos populacionais que deram origem à atual cidade de Alagoinha do Piauí. Havia, no entanto, algumas pessoas que por possuírem um grau de conhecimento um pouco maior que os demais sertanejos, eram considerados pessoas instruídas da sociedade. Portanto, estas pessoas passavam a ser vistas como professores e como tal, muitas vezes os senhores ricos da região acabavam por contratá-los para ensinar os seus filhos. E, geralmente, só os filhos homens já que a princípio as mulheres reservavam-se somente o ensino do lar, ou seja, as atividades domésticas e corte e costura. Sobre essa questão de professores com pouco conhecimento e que eram pagos pela elite piauiense para ensinar seus filhos a pesquisadora Jesus (2006) informa que,

Notamos a diferença da educação do fim do século XIX para o século XX, onde o Sr. Liberato Dias, Antonio Morais, João Morais, João Laurindo e Dióla, foram os primeiros mestres. Eles trabalhavam nas casas de família ensinando os filhos de fazendeiros. Era considerada uma iniciativa privada.(JESUS, 2006, p.24).

E essa educação era ministrada por um curto período de tempo, geralmente tinha a duração de no máximo três meses letivos, com ensino bastante tradicional e a utilização ainda de alguns métodos punitivos com a ciência dos pais.

Essa educação informal perdurou por bastante tempo no Piauí, pois mesmo com a mudança de regime político de Império para República, a educação continuou sendo vista como responsabilidade direta da família, uma vez que coube a esta providenciar meios para que seus filhos pudessem ter acesso à educação, a partir de recursos próprios como é enfatizado por Maria do Amparo Borges Ferro (1996), em seu livro “Educação e sociedade no Piauí republicano”.

Observa-se nesta época, de forma enfática, a responsabilidade das famílias sobre a escolarização dos filhos. Em muitos casos, as primeiras letras eram ensinadas no próprio ambiente doméstico por pais, parentes ou professores contratados pela família. Em outros casos, famílias se agrupavam para a contratação de professor para o

ensino aos seus filhos. Tratava-se de uma espécie de educação sob a orientação e responsabilidade familiar direta. (FERRO, 1996, p.91).

Em Alagoinha do Piauí, nas décadas anteriores e até mesmo concomitante aos anos 1980, acontecia o mesmo caso que é observado por Ferro (1996), quanto à educação do Piauí no início da República. Para a maioria dos pais das famílias alagoinhenses, se quisessem proporcionar estudo aos filhos, tinham que fazer isso às próprias custas, contratando professores.

À medida que o povoado Alagoinha se desenvolvia, aos poucos foi se desenvolvendo também a educação, visto que se tratava de um povoado pobre economicamente, tendo como principal força econômica a agricultura e a pecuária. Portanto, dependente ainda do município de Pio IX, que era quem decidia quais investimentos deveriam ser feitos e em quais setores investir. Aos poucos a educação escolar formalizada adentrou o município de Alagoinha do Piauí, a princípio de forma não muito organizada e/ou estruturada, com professores leigos e em estruturas inadequadas.

Carvalho (2006) e Jesus (2006) em seus estudos acerca da história da cidade de Alagoinha do Piauí trazem a informação de que a primeira escola de iniciativa dos poderes públicos para este município funcionou em uma casa particular, que ficava situada na localidade denominada de Areia Branca. De acordo com o relato de alguns moradores mais antigos da região, a casa era de propriedade do senhor Ursulino José de Brito, que além de ser o dono da casa, também foi o professor, sendo que isso ocorreu no ano de 1936.

A existência de casa-escola tornou-se um lugar comum nos primórdios do desenvolvimento da educação em Alagoinha do Piauí, pois se tratava de um município com território relativamente grande e povoações dispersas. Portanto, nem todas as localidades foram beneficiadas com a construção de prédios destinados exclusivamente a educação.

No entanto, na tentativa de beneficiar a população em geral, principalmente as que moravam distantes das localidades onde havia escolas, o governo municipal continuou com a iniciativa das casas-escola. Ou seja, houve um período relativamente longo de coexistência de prédios escolares e casas-escolas, que perdurou, inclusive pela década de 1980. Sobre essa coexistência de prédios escolares e casas-escolas a professora Maria Fidélia da Rocha Brito<sup>10</sup>, nos relatou em depoimento que:

Sim, nessa época já havia algumas escolas no município, tinha Areia Branca, tinha ali, Piranhas, Moqué, pra essas serras... Pra esse lado

---

<sup>10</sup>Maria Fidélia da Rocha Brito tem 60 anos de idade, é professora aposentada estadual e sempre morou em Alagoinha do Piauí, tendo atuado como docente na época em estudo.

de Serra Azul, Cupiras, Caldeirão, Serra do Caldeirão. Havia escolas, mas a maioria em casas particulares, a maioria em casa-escola, em algumas já eram professoras pagas pelo município, outras ainda era os pais né, que tinha o professor particular durante um período, e a maioria desses alunos que queriam estudar, eles tinham que vir aqui pra cidade, aqui pra Alagoinha. Nesta época, povoado ainda [...].(BRITO, 2014).

De acordo com o “*Relatório das Obras Públicas e da População do Povoado Alagoinha - Pio-IX*”, elaborado pelo vereador José Enéas de Sousa, em 25 de Julho de 1984, podemos observar que já existiam 10 prédios escolares dentro do ainda povoado Alagoinha, sendo eles: Grupo Escolar Alencar Mota, situado na sede do povoado, Grupo Escolar Caetano Abel de Carvalho, situado na localidade Areia Branca, Grupo Escolar Manoel Policarpo dos Anjos, situado na localidade Moquém, grupo escolar José Francisco de Carvalho, situado na localidade Caiçarinha, Grupo Escolar Joaquim Hipólito, situado em Canindé, grupo escolar João Vitalino do Nascimento, situado em Barra do Olho D água, grupo escolar Joaquim José da Silva na localidade São João, Grupo Escolar Mariano Policarpo dos Anjos localizado em Retiro, Grupo Escolar João Francisco de Sousa, situado no Amarelo Ferrado e havia também o grupo escolar da localidade denominada Baixa, porém, o nome não foi identificado. E no restante das localidades as escolas funcionavam na irregularidade, ou casas-escola como já havia mencionado acima, ou, simplesmente não funcionavam.

**Tabela 2:Relação das escolas existentes nas localidades que depois seriam o Município de Alagoinha do Piauí, na década de1980.**

ESCOLA	LOCALIDADE
Alencar Mota	Alagoinha
Caetano Abel de Carvalho	Areia Branca
Manoel Policarpo dos Anjos	Moquém
José Francisco de Carvalho	Caiçarinha
Joaquim Hipólito	Canindé
João Vitalino do Nascimento	Barra do Olho D água
Joaquim José da Silva	São João
Mariano Policarpo dos Anjos	Retiro
João Francisco de Sousa	Amarelo Ferrado
?	Barra

Fonte: Relatório das Obras Públicas e da População do Povoado Alagoinha- Pio-IX, elaborado pelo vereador José Enéas de Sousa, em 25 de Julho de 1984.

Percebe-se então que na década de 1980, embora já existisse um número alto de escolas para um município que possuía uma área territorial de 448, 101km<sup>2</sup>, como é o caso de Alagoinha do Piauí, havia certos agravantes que explicam o fato de que a educação escolar

ainda não era acessível para todos. O primeiro destes agravantes era a distância que ficava entre uma localidade e outra. As crianças que moravam nos locais onde não havia escolas enfrentavam grandes distâncias a pé, ou no lombo de animais, se quisessem frequentar as escolas, pois não havia um transporte escolar de responsabilidade pública. Outra agravante era a própria estrutura das escolas existentes, geralmente só possuindo duas salas de aula, ou mesmo uma só, comportando um número pequeno de alunos.

Paralelamente à isso, não existia uma preocupação muito grande em relação a tornar essa educação acessível a todos. Acreditamos que isso ocorria por falta de incentivos dos poderes públicos, por falta de condições financeiras das famílias e até mesmo por falta de interesse da própria população, que julgava a educação escolar como algo desnecessário.

Sobre esses desafios educacionais no território piauiense, podemos fazer uso dos estudos do historiador Alcebíades Costa Filho (2006). Ele estudou a educação formal e informal no Piauí na segunda metade do século XIX e chegou à conclusão de que,

No Piauí, embora precárias e inconstantes, existiam escolas instaladas pelo governo. Em face da descontinuidade em seu funcionamento as razões, a estrutura oficial de ensino apresentou resultados de reduzido alcance social. Entre os fatores que determinaram esse resultado encontram-se as distâncias entre escolas, localizadas nas cidades e vilas, e a maioria da população localizada nas fazendas; bem como a inadequação da estrutura do sistema de ensino em relação à estrutura socioeconômica do Piauí. Deste modo, surgiram formas alternativas de ensino que funcionavam no espaço privado. (COSTA FILHO, 2006, p. 77).

Essas dificuldades que atrapalhavam o desenvolvimento do sistema escolar oficial no Piauí, apontados por Costa Filho, no século XIX, perduraram até a década de 1980 em muitos municípios deste estado, como Alagoinha do Piauí.

A cidade de Alagoinha do Piauí na década de 1980 passava por um momento de transição no quesito educação, pois mesmo já existindo escolas oficiais, o fato de perdurar também as casas-escola demonstra que o ensino alternativo aos poucos é que estava se transformando em ensino oficial. Com base em algumas conversas informais com pessoas mais velhas que atuaram na área docente na década de 1980, muitas dessas casas-escola já eram pagas com recursos municipais. Porém, havia casos em que ainda se tratava de uma iniciativa privada, onde os pais desses alunos se uniam e pagavam o professor. A esse respeito temos os estudos de Ferro (1996) que apontam o fato de que até as primeiras décadas do século XX a educação formal e informal no Piauí se complementava.

Além da escolarização regular, das aulas particulares e ensino no próprio âmbito da família, surgem alternativas de estudos que atenderiam à realidade da época. O formal e o informal coexistem e se mesclam e se complementam. Paralelo às iniciativas oficiais, as famílias tratavam de sanar as necessidades ou falhas, na tentativa de oferecer condições para que seus filhos se iniciassem no mundo letrado. (FERRO, 1996, p. 94).

Esse compartilhamento de formas de ensino perdurou até a década de 1980, no município de Alagoinha do Piauí e, chegou até a ser retratado no poema “Piranhas do meu tempo”, de autoria da professora aposentada Maria Fidélia da Rocha Brito (2007). Neste poema a autora evoca suas memórias do tempo de criança, quando lembra nostalgicamente que,

Na casa de tio Josino tinha muita novidade  
Bombom e biscoito fino trazidos lá da cidade.  
Sua casa também foi um ambiente escolar  
Uns que soletravam boi e diziam “marruá”. (BRITO, 2007, p. 170).

No início das atividades educacionais em Alagoinha do Piauí, podemos perceber como o ensino alternativo ficou gravado na memória de algumas pessoas, que não participaram dessa forma de ensino, mas, no entanto, presenciaram esse tipo de atividade, onde o formal se misturava com o informal.

## **2.1. Práticas Pedagógicas**

Ao falar sobre as práticas pedagógicas, devemos levar em conta os diversos fatores sociais, políticos e econômicos existentes na época em estudo, alguns dos quais analisamos no primeiro capítulo deste trabalho, além de ter-se o devido cuidado para evitar o anacronismo, visto que hoje vivemos uma realidade educacional totalmente diversa da que era oferecida e efetuada na década de 1980.

Devemos atentar para o fato de que a década em estudo (1980) ainda estava sob o comando da Ditadura Militar que veio ao fim somente em 1985. Esse regime militar que teve influência direta em todos os setores brasileiros, inclusive na educação, influenciou também o município de Alagoinha do Piauí. Sobre o período ditatorial e suas políticas educacionais, o filósofo Paulo Ghiraldelli Júnior (2006) explica que,

O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização de

ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, [...].(GHIRALDELLI JR, 2006, p.112).

Em Alagoinha, de certa maneira houve a exclusão dos setores mais pobres da população, uma vez que as escolas localizadas em Alagoinha do Piauí, só ministravam o Primário que corresponde atualmente ao Ensino Fundamental menor (do 1º ao 5º ano), e mesmo esse ensino inicial em muitas escolas rurais estava incompleto, pois não havia professores capacitados para lecionarem em todas as séries.

A única escola que oferecia o Ensino Primário completo (Primeiro e Segundo Grau) era a Unidade Escolar Alencar Mota, que ficava situada na sede do povoado – que na mesma década se tornou sede municipal –, dessa forma a educação escolar não era totalmente acessível para toda a população, pois como já foi colocado, na época em estudo não havia meios de transporte escolares e os alunos tinham que se deslocar a pé até as escolas mais próximas. E no caso das escolas situadas na sede do povoado, muitas vezes os alunos tinham que vir morar na casa de algum parente, por não ter condições de deslocamento devido à distância. Sobre essas questões a professora Maria Fidélia da Rocha Brito relatou em depoimento que a oferta da educação escolar era restrita ao básico.

Só o básico né? Que a gente chamava de Primário, na década de 1980, só em 86 (1986) que foi criado já o Ensino Fundamental maior, o Ginásio [corresponde atualmente às séries do 6º ao 9º ano] que criou a primeira turma no ano de 1987, mas antes só era, aqui na cidade, até a 4ª série, né, e já nessas escolas mesmo do interior, muitos só existiam até a 2ª série, no caso o 2º ano,[...], muitas não tinham mais condição, porque as vezes o próprio professor não tinha a 4ª série né?, Ele lia e escrevia mais ele não tinha condições de preparar o aluno, então esses alunos, se pudessem, tivessem algum parente na cidade eles vinham para concluir o Primário. E aí vinha a questão, às vezes terminava o Primário, aí saía dois, três, que tivesse uma condição de ir pra Pio-IX, Picos, Fronteiras, pra continuar os estudos, né, fazer o Ginásio, e muitos paravam por aí.(BRITO, 2014).

O Segundo Grau só foi instalado em Alagoinha do Piauí, em março de 1987, com a instalação da Unidade Escolar Enéas Policarpo, aqui, pode-se fazer uma relação com o tópico que trata sobre política, abordado no capítulo anterior, uma vez que foi só a partir da mudança da condição de povoado para sede municipal em 1986, que Alagoinha foi agraciada com a construção de um colégio para ofertar o Ensino Fundamental maior, ou Ginásio, como era chamado na época.

Esta escola foi construída com recursos do governo do Estado, durante o mandato de Raimundo Bonas de Medeiros. Um fato intrigante é que alguns estudantes que ainda cursavam o Ensino Fundamental maior nesta escola, passaram a atuar também como

professores das escolas localizadas nas zonas rurais com o aval da Secretária Municipal de Educação da recém-criada cidade de Alagoinha do Piauí. Este foi o caso da professora entrevistada Francisca da Penha Rocha<sup>11</sup>, aluna na década em estudo (1980) e que nessa época tinha a idade de dezoito anos.

[...], a educação na década de 1980, ela era bem valorizada, assim, poucos professores formados, certo? Eu lembro bem que na época eu estudava a 5ª série, e eu já trabalhava no Ensino Infantil e Fundamental também. Na época, a professora Cândida que foi transferida aqui pra o Órgão Municipal, [...], e ela pediu pra gestão do município me deixar lá nas Piranhas como professora. Aí eu já atuava como professora e estudava. E meus professores, naquela época, não tinham ensino superior nem nada, eu acho que naquela época, eles tinham terminado o Ginásio e eles já tinham a oportunidade de já trabalhar como professores [...]. (ROCHA, 2014).

No depoimento da professora Penha, também podemos notar, que não havia uma preocupação do poder público com a escolha mais criteriosa dos professores, por meio de concursos públicos. Ao que parece, bastava estar um pouco acima do nível de seus alunos, e a pessoa já tinha a oportunidade de trabalhar como professor. Ainda comentando o depoimento acima, vemos que a entrevistada menciona que, a educação na década de 1980 era bem valorizada; mas à que “valorização” ela se refere? Cogita-se, que era valorizada pela sociedade, que a via como algo raro, que não era pra todo mundo, só para aqueles que tinham disponibilidade de fazer alguns sacrifícios. Esta dificuldade de acesso à educação, em Alagoinha do Piauí, na década de 1980, de certa forma, rendia certo *status*, que era cobiçado e respeitado, daí a ideia de valorização, mesmo que ela não fosse de muita qualidade.

Através do depoimento acima citado, nota-se que na época em estudo, havia poucos professores realmente habilitados para o exercício da profissão. Questiona-se, no entanto essa utilização de pessoas não capacitadas para atuarem enquanto professores. Será que era irresponsabilidade dos Órgãos competentes, que não se importavam com a qualidade do ensino que estava sendo oferecido? Ou seria uma tentativa de alguma forma de suprir com a carência existente no município de professores qualificados para exercer a profissão docente?

Uma vez que a educação escolar de qualidade no cenário piauiense ainda era bastante precária, e em Alagoinha do Piauí era quase inexistente, pois só existia o antigo Primário, e em muitos casos, a população não tinha acesso nem a esse parco recurso, por não ter condições financeiras ou mesmo disponibilidade. Essa suposta valorização da educação, citada pela depoente, não era vista pelo grau de escolaridade do professor, mas de acordo com

---

<sup>11</sup> Francisca da Penha Rocha tem 42 anos de idade, é professora da rede municipal de ensino e sempre morou em Alagoinha do Piauí, é graduada em História pela UESPI e pós-graduada em Educação Infantil.

os depoimentos analisados se dava através da importância em si que a educação tinha na época, e também do respeito e prestígio dados aos professores na época.

As práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores alagoanhenses da década de 1980 eram bastante tradicionais, pois não existiam recursos tecnológicos que permitissem aos professores oferecer ao alunado uma aula criativa, visto que o que existia na década de 1980 eram apenas o quadro negro, o giz e o livro didático; não existia referencial teórico, não havia bibliotecas ou outra fonte de pesquisa; o próprio conhecimento do professor era bastante limitado, devido ao pequeno grau de instrução que ele possuía. E, por ser muito difícil o acesso a livros e métodos mais explicativos, tanto os alunos como os professores acabavam adquirindo um conhecimento muito limitado. Sobre as práticas pedagógicas desempenhadas na época, temos os depoimentos de Maria Fidélia da Rocha Brito que fala sobre as práticas pedagógicas desempenhadas na escola Alencar Mota, e Francisca da Penha Rocha que discute os métodos da escola Enéas Policarpo.

Material escolar nós tínhamos apenas o livro, [...], os alunos do 2º, 3º, 4º ano, eles compravam o livro, lembro que tinha as lições, o Nordeste, que hoje era essas cartilhas do ABC e o mais tudo na base do decorar, né? As avaliações eram feitas só no final do ano, o aluno estudava todo o ano e não tinha aquela preocupação, tem prova, não, todo dia o aluno estudava e tinha a questão de dizer: “vamos dar a lição”, todo dia a gente avaliava através de perguntas orais, [...], quando no final do ano, se fazia uma recapitulação de tudo que foi dado durante o ano e aí fazia tipo um provão, [...], nós fazia essas provas e aí ele tinha que alcançar a média, como era hoje mesmo, a média de seis.(BRITO, 2014).

Não tinha material didático nenhum para o aluno, nós era só no copiar, as cinco aulas, era Matemática, Português, Inglês, tudo copiado, o professor copiava, explicava, o mês era dessa forma, não tinha tecnologia.(ROCHA, 2014).

No entanto, mesmo com um aparato pedagógico um tanto escasso e rudimentar, havia um nível de aprendizagem significativo, no que diz respeito a aprender pelo menos o básico, como por exemplo, ler, escrever e fazer as quatro operações. Talvez pelo fato de que o acesso a educação formal fosse algo inovador e um tanto raro para o cotidiano dessas populações pobres.

Percebemos por meio da análise dos depoimentos, certa nostalgia em relação ao ensino ministrado na década de 1980, principalmente a respeito das relações humanas dentro do ambiente escolar. Essa nostalgia pode ser observada no depoimento de Maria Fidélia da Rocha Brito.

Tinha muito proveito, apesar de ser assim, mais na base da decoração, mas os alunos tinham muito interesse, os pais acompanhavam o dia a dia do aluno na escola, tinha todo o respeito com o professor. Era uma época em que era muito bom para o professor né? O professor era valorizado, mesmo que na questão do salário ele não fosse valorizado, mas era pelo aluno, pela família do aluno, e assim, era uma coisa muito boa ser professor naquela época, a gente fazia muitos amigos.(BRITO, 2014).

O relato da depoente nos leva a entrever que, apesar dos métodos serem pouco atraentes, pelo visto, os alunos se esforçavam bastante para aprender, os pais cobravam este interesse dos mesmos. Daí podemos entender a sua afirmação “Era uma época que era muito bom para o professor”, uma vez que, sendo a educação um privilégio de poucos, só estava ali, naquele ambiente, quem realmente queria estudar, por isso a valorização, do saber, do professor, tanto pelo aluno, como pela família dele. Ora, deslocar os filhos para a cidade, tirá-los do serviço na roça, em que todos os braços eram necessários na ajuda diária, levava os pais a fazerem um esforço muito grande para proporcionar estudo aos seus filhos, por isso, estes alunos eram cobrados, precisavam demonstrar interesse e valor pela educação que lhes era tão dispendiosa.

Ainda a respeito dos trabalhos desenvolvidos dentro do âmbito escolar pelos professores, podemos notar de acordo com os relatos que estes professores acabavam assumindo outras responsabilidades além da atividade docente. Na década em estudo, inicialmente, não havia a contratação de pessoas com a finalidade de desempenhar os cargos administrativos das escolas, sendo que todas as funções burocráticas eram desempenhadas quase que exclusivamente pelos professores. Esse acúmulo de funções por parte do professor foi comentado em depoimento por Maria Fidélia da Rocha Brito<sup>12</sup>.

E a escola daqui de Alagoinha não era diferente das outras de outros municípios na época, a escola não tinha diretor, não tinha secretária, só os professores contratados pelo município, porém, quando eu entrei, já fui contratada pelo Estado. Também fui a primeira professora com Diploma, na época a gente tinha professor diplomado, fui a primeira professora com diploma que cheguei aqui nessa escola. (BRITO, 2014).

No entanto, essa falta de funcionários destinados aos cargos administrativos, não ocorreu somente na cidade de Alagoinha do Piauí, segundo as autoras Marly Macedo e Maria do Amparo Borges Ferro (2009), as mesmas ressaltam que em Teresina, capital do Estado do

---

<sup>12</sup> Professora formada no curso Pedagógico, ofertado na Cidade de Picos-PI, pela Escola Normal Oficial, durante os anos de 1970 à 1972.

Piauí, a prática dos professores administrarem todo o colégio também acontecia. A professora aposentada Lourdes Nery, entrevistada por essas pesquisadoras relatou que,

[...] naquele tempo (63), nós não éramos só ministradoras de aula não. Nós éramos responsáveis pela escola. Nós lecionávamos e fazíamos os boletins de nossas crianças. Nós fazíamos o acompanhamento da aprendizagem e da frequência delas. Nós éramos quem fazíamos todo o processo da escola que hoje é feito pela secretaria da escola. (NERY apud MACEDO; FERRO, 2009, p. 127).

Somente a partir da construção da Unidade Escolar Enéas Policarpo em 1987, foi que o professor passou a exercer somente sua profissão, uma vez que essa escola já foi estruturada com todas as funções burocráticas e administrativas. Porém, percebe-se pelas conversas informais, que alguns cargos administrativos da referida unidade escolar, como por exemplo, a diretoria, foi ocupada por pessoas que não tinham muito preparo para o exercício da função, sendo que a nomeação ocorreu em virtude de acordos políticos, visto que essas indicações políticas eram comuns na sociedade da época. Assunto este também abordado por Ferro (1996) ao estudar as práticas pedagógicas ocorridas no Piauí no final do século XIX.

A influência política na contratação de professores na rede pública acontecia rotineiramente. A indicação era feita por uma pessoa de prestígio ou poder político, sem levar-se em conta a aptidão, o preparo ou a capacidade para o exercício da profissão. (FERRO, 1996, p.89).

## **2.2 Estrutura física das escolas**

Sobre a estrutura física das escolas existentes na década de 1980, podemos perceber de acordo com os depoimentos, tanto das entrevistas, bem como pela observação empírica de algumas destas escolas, que não houve grandes mudanças na estrutura desde a década de 1980, até os dias de hoje. Nota-se que para a época em questão, em que Alagoinha do Piauí passava por um momento digamos de transição do ensino alternativo para o ensino formal, a estrutura das escolas oficiais existentes eram vistas pela população como muito boas, uma vez que antes não existiam nem prédios escolares. As escolas funcionavam em casas particulares, sem espaço físico adequado. Então, somente a partir dessas construções que hoje podem ser vistas como precárias, foi que o alunado da região passou a ter pelo menos as condições mínimas de acesso à educação escolar. Podemos notar esse conformismo no depoimento de Francisca da Penha Rocha.

Naquela época [a estrutura física das escolas Enéas Policarpo e Alencar Mota] era considerada muito boa, espaçosa né, ela tinha as salas de aula, diretoria, secretaria. Eu lembro bem do Enéas Policarpo, quando eu revejo ele hoje, assim, não teve nenhuma grande reforma, [...], mas pra aquela época a gente achava de grande porte uma construção daquela. E o Alencar Mota também era muito bom. (ROCHA, 2014).

Observamos com base nos depoimentos colhidos que essas escolas eram vistas como possuidoras de grandes estruturas físicas, pois já ofereceriam todos os espaços necessários à prática educacional. Mesmo que esses espaços fossem pequenos e muitas vezes se tornassem até insuficientes para atender toda a demanda de alunos de forma confortável, porém, esses incômodos muitas vezes passavam despercebidos pelos alunos. Esse conformismo pode ser compreendido pelo fato de que, só de já se ter um espaço adequado e estruturado para estudar, já era uma grande conquista, uma vez que essas pessoas estavam acostumadas a uma realidade educacional em que se quisessem estudar, teriam que pagar alguém com recursos de seu próprio bolso e também teriam que oferecer hospedagem em sua casa ao professor, pelo período que se estendessem as aulas, além de ter que providenciar todos os recursos pedagógicos necessários, como por exemplo, o quadro, giz, livro didático e carteiras.

Outro ponto importante é a questão da merenda ofertada nas escolas. A merenda escolar foi um fator decisivo para a educação escolar, uma vez que os alunos eram oriundos de famílias que dependiam unicamente da agricultura. Isto é, às vezes estas famílias não colhiam o suficiente para alimentação, portanto, o acesso a educação e ainda à oportunidade de se alimentarem (merenda escolar) seria duplamente compensatório. Acrescentando-se o fato de que esses alunos se deslocavam de longe, a pé ou no lombo de animais, para chegar às escolas, muitas vezes saíam de casa muito cedo, gastavam muito tempo e energia no caminho da casa pra escola e da escola pra casa, por isso, a merenda escolar foi algo muito bem recebido por estes alunos dado as condições que enfrentavam pra estudar.

Vale ressaltar que as escolas situadas na zona rural, em muitas delas não existia todos os espaços necessários para o funcionamento, geralmente só existindo as salas de aula que se restringia a uma, no máximo duas salas, como era o caso da escola Caetano Abel de Carvalho, situada na localidade Areia Branca. Esta escola não possuía espaço adequado e específico para cantina, diretoria e sala dos professores, sendo que a mesma funcionava apenas com uma sala de aula e uma pequena sala que servia de cantina e bebedouro, os dois banheiros e um

pátio bem pequeno, que servia como espaço de recreação. Sobre a estrutura física dessa escola, a ex-aluna da época em estudo, Luzia Helena de Brito<sup>13</sup>, relatou que,

[...], não era muito boa, eu não vou dizer precária, porque para o momento, para a situação econômica do momento, o desenvolvimento do nosso lugar, ainda como dependente de Pio-IX, que ficava a mercê do que os políticos responsáveis quisessem investir. Então eu não vou dizer que eram precárias, porque davam pra acomodar, mas não eram suficientes. As salas não eram suficientes, chegavam os alunos a sentar muito aproximados um do outro por conta da falta de estrutura, de espaço, não tinha banheiro adequado, o local de recreio também era muito pequeno. (BRITO, 2014).

Segundo Paulo Ghiraldelli Júnior, após o fim do regime militar e a reabertura da democracia, os partidos políticos que mais investiram na educação brasileira foram: PMDB, PDT e PT.

Ao longo do período de 1985 a 2002, surgiram e desapareceram várias agremiações políticas. Algumas delas se preocuparam teórica e praticamente com a educação ou, ao menos, tiveram setores que implementaram alguma ação coordenada de política educacional, entre eles o PMDB, PDT e o PT.(GHIRALDELLI JR, 2006, p. 161-162).

No entanto, por meio da análise da citação acima o que se percebe é que esses investimentos não chegaram de forma maciça no município em questão, e se chegaram os gestores públicos não o aplicaram de forma correta.

Em 1982, a plataforma de Luís Inácio Lula da Silva para as eleições estaduais no estado de São Paulo, denunciou o sentido privatista da política educacional brasileira: por um lado a escola de bom nível, paga a preço de ouro para o filho do rico; por outro lado, a escola mal instalada, mal aparelhada, distante, suja e burocratizada da rede pública oferecida aos filhos dos pobres.(GHIRALDELLI JR, 2006, p. 164).

Pode-se perceber que essa realidade educacional denunciada por Paulo Ghiraldelli Jr. também acontecia no município de Alagoinha do Piauí, materializada na falta de investimentos que possibilitassem uma educação de mais qualidade; com incentivo na formação de professores, na seleção adequada dos mesmos através de concurso público; no investimento em melhoria e ampliação das escolas existentes no município; no investimento

---

<sup>13</sup> Luzia Helena de Brito tem 40 anos de idade, é Auxiliar administrativa municipal e sempre morou no município de Alagoinha do Piauí.

no setor de transporte escolar para levar as crianças que moravam na zona rural (nas localidades mais afastadas) para as escolas.

Voltando aos depoimentos, podemos ver então, que as escolas que realmente possuíam todos os espaços físicos minimamente adequados e específicos, mesmo que fosse de pequeno porte, eram as escolas situadas na sede do povoado Alagoinha, a saber: a Unidade Escolar Alencar Mota e a Unidade Escolar Enéas Policarpo que eram mais estruturadas no que diz respeito a já possuírem todas as salas específicas para cada função escolar, enquanto que as escolas situadas na zona rural geralmente só possuíam uma ou no máximo duas salas que eram utilizadas como sala de aula, secretaria, sala de professores e cantina. Conforme nos relata a depoente Maria Fidélia da Rocha Brito.

Essa escola que eu trabalhei hoje o Alencar Mota, era por ser construída no povoado, para a época tinha uma estrutura boa, né, porque ela já tinha o espaço das salas de aula maior, mais ventiladas, tinha pátio, tinha o espaço da cantina pra ser feita a merenda, tinha o espaço já do diretor, pra época a gente dizia que era uma escola adequada, estruturada e nos outros lugares não.(BRITO, 2014).

Isso nos leva a questionar sobre o porquê das duas escolas da sede do povoado ser mais bem adequadas e estruturadas que as demais escolas situadas na zona rural. Será que era descaso para com as populações mais carentes? Ou seria falta de recursos financeiros que possibilitassem maiores estruturas? Já que as escolas rurais eram construídas e mantidas com recursos do município, o qual era relativamente pobre, e as escolas da sede do povoado eram de responsabilidade do governo do Estado, portanto, com melhores condições financeiras.

Outro questionamento importante é, será que essas escolas eram realmente adequadas no que diz respeito a espaço físico? Ou já eram precárias, e a população por não ter alternativas ou mesmo opções acabavam aceitando-as como algo grandioso? Se eram adequadas ou não devemos levar em conta o fato de que para a época em estudo, mesmo com algumas deficiências, era o que se ofertava em matéria de educação.

No entanto, essas escolas com o passar dos anos, ao invés de serem reformadas e modificadas para melhor atender a população, temos visto exatamente o contrário, foram feitas pouquíssimas reformas, algumas continuam do mesmo jeito de antes pelo menos fisicamente. Algumas delas já foram desativadas como é o caso da Unidade Escolar Caetano Abel de Carvalho. A única escola a sofrer grandes transformações em sua estrutura física foi à Unidade Escolar Alencar Mota.

### 2.3 Relações entre aluno e professor e aluno/aluno dentro do âmbito escolar

De acordo com a análise dos depoimentos podemos inferir sobre o modo como se dava as relações entre discentes e docentes, e entre os próprios discentes. Percebe-se que na década de 1980, essas relações eram menos conflituosas que as de hoje em dia, ou pelo menos é o que os depoentes nos levam a entender. É possível entrever através dos relatos e conversas, certo saudosismo por parte dos entrevistados ao lembrar a educação nos anos 1980. Percebemos em algumas falas, uma nostalgia com relação ao ser professor, ou ao ser aluno neste período, como uma relação maravilhosa, sempre de respeito, amizade e compreensão. Sabemos é claro, que existiam atritos, mas por serem de menores proporções que os existentes hoje, notam-se nos depoimentos que eles são na maioria das vezes ignorados ou esquecidos.

Talvez isso ocorresse pelo fato de que naquela época, o professor tinha total autoridade dentro do âmbito escolar. Nos anos 1980, a sociedade ainda era bastante tradicional, com famílias patriarcais, ou seja, o pai era o chefe, a autoridade máxima e essa autoridade paterna, muitas vezes acabava se estendendo e adentrando a escola e passava a ser incorporada pelo professor. Esse professor, dentro da sala de aula detinha não só o poder, como também o conhecimento, pois além de ensinar, ele tinha autoridade para advertir, repreender e também punir, fosse com um puxão de orelhas ou outro tipo de castigo. Mesmo que o professor não punisse fisicamente, se houvesse desobediência por parte dos alunos, ele contaria tudo aos pais dos mesmos e, conseqüentemente, haveria uma punição em casa. As atitudes do professor eram apoiadas não só pela comunidade em geral, como também pelos pais que muitas vezes lhes prestavam total apoio. Essa postura autoritária do professor foi lembrada pelo depoimento de Luzia Helena de Brito.

Em relação ao professor, eu acho que não era tão boa não, por que a gente os via como um “chefão”, aquela pessoa moralista, que tava ali mais pra reclamar do que pra bater aquele papo. Conversar, ter mais uma relação mesmo, de professor e amigo também de certa forma. Então eu acho que não era bem das melhores, porque pegava um pouquinho daquela educação repreensiva, um pouco das palmadas ainda, [...], ainda era bem repreensiva, assim.(BRITO, 2014).

Portanto, podemos ver que esse respeito muitas vezes advinha do medo de ser punido não só pelo professor, mas também pelos pais. Também podemos fazer uma associação desse respeito com o novo ou desconhecido, uma vez que a realidade educacional em 1980 era tida como algo distante para as camadas mais pobres da sociedade. Ao se verem inseridas nessa nova situação, essas crianças procuravam tirar o máximo de proveito possível dessa

oportunidade e, involuntariamente, associavam a imagem do professor a algo que tinha de ser temido, como podemos notar no depoimento de Francisca da Penha Rocha.

Eu comparando hoje em dia com antigamente, eu percebo que naquela época nós tínhamos professor e diretor como, assim, como se fosse uma polícia, nós nunca se aproximava muito de professor, nem de diretor, essas coisas.(ROCHA, 2014).

Novamente, percebemos a ideia de que o professor não estava na escola para ser amigo, para se relacionar bem com os alunos, o aluno tinha que respeitá-lo e ponto. Talvez possamos nos reportar à ideia de “valorização do professor”, que vimos anteriormente, esta valorização era conseguida pelo professor, na marra, através de uma imposição de respeito aos alunos, daí a ideia de valorização da educação e da figura do professor.

Todavia, a escola também era vista por essas crianças como um espaço de lazer e sociabilidades, pois as mesmas estavam acostumadas a terem seus momentos de lazer usurpados pelo trabalho, seja na lavoura, na pecuária ou nos trabalhos domésticos, não lhes restando tempo e/ou oportunidades para serem realmente crianças. Portanto, no momento em que passam a estudar, diminuem de certa forma essas preocupações com o mundo adulto. Essas crianças passam a ter a oportunidade de vivenciar uma nova realidade, onde seu tempo, ou pelo menos parte dele, passa a ser preenchido com novas ocupações, como por exemplo, aprender novos conhecimentos, dividir espaços e conviver socialmente com novas pessoas. Essa nova realidade pode ser identificada no horário do intervalo, considerado um momento de lazer e diversão tanto para o aluno, como para o professor. Como relatou Maria Fidélia da Rocha Brito.

Assim, a gente analisando, muitas vezes a gente pensa que o aluno, será que o aluno era assim, oprimido, obrigado a obedecer ao professor? Não eu nunca tive, assim, este tipo de problema. Havia muito respeito entre professor e aluno, aluno com aluno, era de tantas brincadeiras saudáveis, assim não tinha muito problemas que hoje a gente vê não, nas escolas de brigas, era mais de amizade, de brincadeiras sadias. O intervalo era um momento de muita alegria pros alunos, professor também ia brincar com os alunos, era um tempo muito bom, fazia muita amizade. (BRITO, 2014).

Ainda em relação à convivência dos alunos entre si, vemos que havia uma relação muito grande de amizades entre os mesmos. No entanto, devemos atentar para o fato de que existiam conflitos sim, mas a questão é que essas crianças geralmente viviam distantes umas das outras e os amigos que tinham eram os próprios irmãos, primos e algum vizinho. Já que as famílias tendiam a morar próximas umas das outras e raramente tinha visitas de outras crianças com as quais pudessem brincar. Então, a escola era o único lugar em que eles tinham

a oportunidade de conhecer novas pessoas, fazer novas amizades e os conflitos que existiam, eram por assim dizer, coisas de momento passageiro. Podemos perceber esses aspectos no relato de Luzia Helena de Brito.

Naquela época era diferente, a gente tinha mais brincadeiras na hora do recreio, a gente tinha aquela animação de brincar de queimada, daquelas coisas, então tinha uma relação, eu acho que mais amigável voltada mais pra brincadeiras mesmo em relação à criança. (BRITO, 2014).

Então, percebemos que mesmo com todo o autoritarismo exercido pelo professor na época em estudo, as relações não se restringiram somente a questão do respeito e temor dos alunos para com o professor, mas, também se transformaram em momentos de muito lazer e diversão para essas crianças, que passaram a ter uma boa convivência social. Também devemos levar em conta, que na época em estudo, o professor realmente tinha uma postura mais autoritária, uma vez que era isso que se esperava dele e que era cobrado pelos pais e pela sociedade.

#### **2.4 A influência da educação na sociedade alagoinhense na década de 1980**

A década de 1980 foi um momento de transição para a forma de a sociedade alagoinhense ver a educação escolar. Até meados desta década a educação era vista como privilégio de uma pequena parcela da população, que dispunha de recursos financeiros com os quais podiam pagar pelos estudos dos filhos, restando aos pobres apenas o saber cotidiano. Essa percepção aos poucos foi modificada, pela sociedade em geral, que passou a ver educação escolar como sinônimo de riqueza, algo grandioso e desejável por todos, por oferecer status e poder.

Nos primórdios da formação da cidade de Alagoinha do Piauí, não existiam pessoas com nenhum nível de conhecimento superior. O que existia era algumas pessoas que possuíam um conhecimento mais aprofundado, obtido através de experiências de vida e de ensinamentos tradicionais repassados por pessoas mais velhas, e por isso eram conhecidos como mestres e até mesmo doutores. No entanto, esse saber era totalmente leigo, aprendido nas labutas diárias sem nenhum vínculo com a educação formal.

Portanto, a partir do momento em que a educação na escola passou a existir em Alagoinha do Piauí, ela passou a ser vista pela população como um grande avanço para a sociedade alagoinhense, tornando-se mais valorizada. E, mesmo sendo inicialmente oferecido apenas o Primeiro Grau (Primário) – e em muitas escolas, este ainda era incompleto – foi um

grande passo dado em relação ao desenvolvimento da sociedade. Como podemos ver no depoimento de Ana Antônia de Jesus<sup>14</sup>, professora municipal na década em estudo. “Era uma coisa muito importante naqueles anos de 1980, naquela época era muito diferente, quando o aluno estudava três meses, o semestre, por exemplo, saía com uma bagagem muito boa.”

Então, por ser uma grande conquista para o município de Alagoinha do Piauí, havia uma maior participação dos cidadãos nesse processo educacional, e essa participação popular aumentou mais ainda a partir de 1987, com a construção do colégio Enéas Policarpo e a instalação do Segundo Grau (Ginásio), como podemos ver no depoimento de Francisca da Penha Rocha:

Pra Alagoinha foi um avanço, o Estado construiu o colégio Enéas Policarpo, aí iniciou as primeiras turmas, era quatro salas de aula, quatro turmas de 5ª série lotadas, acho que era mais de 40 alunos em cada sala. Ah! Foi uma descoberta danada! Muitos alunos do interior mais distante teve de vir morar com os parentes, ou alugando casa mesmo, pra vir fazer o Ginásio. Era tipo assim, faculdade, era uma coisa muito inovadora. Por que até então, os alunos só tinham oportunidade de estudar até a 4ª série, raramente os pais tinham condições e transferiam os filhos pra Pio-IX, pra São Julião, muitos paravam mesmo na 4ª série. (ROCHA, 2014).

Com base no depoimento acima e nas imagens a seguir (figuras 04, 05 e 06) podemos concluir que os alagoinhenses se faziam mais presentes na vida escolar dos filhos, participando dos eventos comemorativos nas escolas, como é o caso da imagem mostrando a encenação de uma peça teatral (ver figura 04) em homenagem aos dias das mães no colégio Enéas Policarpo, na década de 1980.

---

<sup>14</sup> Ana Antônia de Jesus tem 54 anos de idade, é professora aposentada municipal e sempre foi moradora do município de Alagoinha do Piauí.



Figura 4: Apresentação de peça teatral na Unidade Escolar Enéas Policarpo, na década de 1980.  
Fonte: Acervo Particular da Professora Maria Fidélia Rocha Brito.

No entanto, essas apresentações não se restringiam somente ao âmbito escolar. Muitas vezes a comunidade escolar saía às ruas da cidade para fazer suas encenações, como podemos observar nas figuras 05 e 06, em que mostram um desfile de 07 de Setembro, também encenado por alunos da Unidade escolar Enéas Policarpo.



Figuras 5 e 6: Desfile de 07 de setembro realizado pelos alunos da Unidade Escolar Enéas Policarpo, na década de 1980.  
Fonte: Acervo Particular da Professora Maria Fidélia da Rocha Brito.

Através dessas fotografias podemos analisar o seguinte: a figura 05 aponta a representação dos três braços das forças armadas brasileiras, ou seja, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica; a figura 06 aponta a representação da miscigenação da cultura brasileira,

fazendo uma representação do índio até o vaqueiro nordestino. Bem como, podemos ver refletidos na figura 5, os ideais imbricados no regime da política nacional de então, que ainda não havia se livrado totalmente do regime militar (1964-1985), exercendo ainda alguma influência na educação formal.

Entretanto, essas representações eram um meio que a comunidade escolar encontrou de interagir diretamente com a população local, que na falta de momentos de lazer e diversão, aproveitava essas ocasiões para sair às ruas da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo principal analisar a educação e a sociedade de Alagoinha do Piauí na década de 1980. Para discutir e entender essa educação e sua relação com a sociedade da época foi necessário também fazer uma análise da política, da economia e da religião em Alagoinha do Piauí na década em estudo.

Sabemos que para um bom desempenho de uma sociedade, seja no setor político, educacional ou cultural, não pode haver o crescimento de uma só área em detrimento de outra, uma vez que se trata de conjunto, onde a união dos mesmos é necessária para um bom resultado final. Por isso se fez necessário entender como se deu o início da formação da cidade de Alagoinha do Piauí e o seu complicado processo emancipatório, passando ainda pelos setores econômicos e religiosos. Para tal entendimento foi necessário analisar resumos históricos, construídos a partir de relatos de antigos moradores da região de Alagoinha do Piauí, que além de relatar o início de sua formação, também abordam como se deu o processo emancipatório da referida urbe.

Em seguida temos a análise da economia de Alagoinha do Piauí na década de 1980, observamos nessa parte, que se trata ainda hoje de uma economia de subsistência, totalmente voltada para a agricultura e a pecuária e que essas práticas foram de fundamental importância para a formação e desenvolvimento da referida cidade.

Temos ainda a análise da religião católica em Alagoinha do Piauí, cultura esta que se faz presente e arraigada na sociedade alagoinhense, não só dentro do próprio âmbito do templo em si, a Igreja de São João Batista, padroeiro da cidade, mas também nos lugares praticados, como é o caso da única praça pública da cidade, denominada de Praça São Francisco, demonstrando a forte presença da religião dentro da cidade.

E por fim, analisamos o processo educacional dentro da cidade, abordando um pouco do seu início com o ensino informal e focando principalmente na educação desenvolvida e ofertada na década de 1980, tema de nosso estudo. O que se percebeu é que de início, da formação do povoado alagoinha até as décadas de 1960-1970 e até mesmo no início e decorrer da década de 1980, a educação alagoinhense foi restrita, pelo fato de que apenas algumas famílias de mais posses, puderam ofertar aos seus filhos algum tipo de educação, sendo esta oferecida em casa, com a contratação de professores particulares, ou enviando seus filhos para outras cidades que já tivessem escolas públicas.

No início da década de 1980, foco principal da nossa pesquisa, já começavam a existir unidades escolares em Alagoinha do Piauí, sendo que a maioria ainda se tratava de casas-

escolas e contando apenas com dez prédios escolares de forma regular. O fato é que mesmo de forma ainda precária, já havia uma disponibilidade um pouco maior de oferta educacional, que passa a ser um pouco mais acessível a um maior número de estudantes.

Também se pode observar que em Alagoinha do Piauí essa educação formal passou por dificuldades que eram comuns à época, ao se levar em conta que ainda não tinha passado o complicado processo de emancipação política em que a mesma se encontrava, e por se tratar de uma área territorial ampla, a educação de certa forma não conseguiu chegar a todas as localidades. Havendo assim a necessidade de deslocamentos por parte dos alunos, por ter muitos locais que não foram beneficiados com escolas públicas, bem como por não haver transporte escolar para o deslocamento de uma localidade à outra.

Sendo assim, a partir da construção do colégio Enéas Policarpo na sede do recém-criado Município Alagoinha do Piauí, vemos que foi um grande avanço para a sociedade alagoinhense, pois com esse colégio passou a ser ofertado o Segundo Grau, inexistente até então no município de Alagoinha do Piauí. Por outro lado piorou a situação dos alunos da área rural, aumentando o percurso de deslocamento e muitas vezes obrigando os alunos a vir morar de alguma forma na sede do povoado.

Vimos as dificuldades que as escolas a princípio tiveram de oferecer uma educação de qualidade, uma vez que havia poucos recursos didático-pedagógicos; não existiam transportes escolares e os alunos tinham que percorrer de suas casas até as escolas a pé e havia ainda a questão da existência de pouquíssimos professores realmente habilitados para exercer a profissão, a maioria não tinha nem mesmo o Ensino Fundamental completo (Primeiro e Segundo Grau); praticamente não existia uma preocupação do poder público em fazer uma seleção adequada de professores por meio de concurso público. Some-se à isso, o fato de que muitos filhos de pessoas pobres, que viviam da roça, simplesmente não tinham condições de sair de casa diariamente para frequentar a escola, ou por que tinham que ajudar os pais nas atividades agrárias, ou por que os pais achavam perda de tempo e de braços para o serviço.

De 1980 para os dias atuais, o município tem buscado se desenvolver, dentro das possibilidades de um município pequeno e pobre, essencialmente rural; nos setores político, econômico e social, embora no setor educacional esse desenvolvimento possua algumas ressalvas, pois ainda há analfabetismo e crianças fora da escola.

No que diz respeito a recursos didático-tecnológico e a professores capacitados houve certo avanço, pois hoje, Alagoinha do Piauí já conta em seu quadro com professores formados, quase todos possuem nível superior completo, investidos no cargo por meio de concurso público.

Porém, observamos que em alguns casos houve um retrocesso da década de 1980 para a atualidade. Na referida década, por exemplo, o município de Alagoinha do Piauí, contava com 26 escolas municipais e 2 escolas estaduais. Hoje desse total de escolas, apenas 12 ainda estão em funcionamento. As outras 14 escolas foram desativadas, algumas já estão em ruínas, outras como é o caso da unidade escolar Caetano Abel de Carvalho, na localidade Areia Branca foram transformadas em postos de saúde.

A justificativa do poder público municipal para essas desativações foi a de que, agora o município possui um sistema de transporte escolar, capaz de levar os alunos de uma localidade à outra. Neste caso, muitas escolas significam mais despesas, pois os alunos da maioria das localidades rurais são poucos, sendo mais viável juntá-los em uma mesma escola do que manter várias escolas com poucos alunos em cada.

Das duas escolas estaduais, a escola Enéas Policarpo atualmente está emprestada ao município e oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e a escola Alencar Mota continua sendo estadual e oferta o Ensino Fundamental, o EJA e o Ensino Médio, enfatizando que é o único em todo o município a ofertar esse nível de ensino. Isso implica que o mesmo atende toda a demanda de alunos de Alagoinha do Piauí.

No entanto, percebemos que mesmo existindo ainda estas dificuldades, a educação de Alagoinha do Piauí vem se desenvolvendo, muito embora ainda possua muitos desafios a serem superados.

## REFERÊNCIAS E FONTES

### Bibliografia

ALENCAR, Valdênia Maria da Rocha. **Formação e desenvolvimento do município de Alagoinha do Piauí**. Teresina, PI: UFPI, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, Marcos. **Viagem no tempo – Alagoinha do Piauí-PI: história documental (1792-2006)**. Alagoinha do Piauí-PI/Brasília-DF, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. P.7-35.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão**. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – PI, 1947. Apud: MORAIS, Eliane Rodrigues de. **De Papagaio a Francinópolis**. Teresina: EDUFPI, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1988.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí Republicano**. Teresina:Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FREITAS, Sonia Maria de. **História Oral: procedimentos e possibilidades**. São Paulo: Humanitas/FELCH/USP, 2002, 145 p.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. – 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, 224 p.

JESUS, Ana Antonia de. **Alagoinha do Piauí e sua história**. Alegrete do Piauí: UESPI, 2006. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

MACEDO, Marly; FERRO, Maria do Amparo Borges. Memórias de professoras primárias teresinenses e suas histórias, 1960-1970. In: FERRO, Maria do Amparo Borges; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SOUSA, Lourenilson Leal de. (orgs.). **História da educação novos olhares, velhas questões**. Teresina: EDUFPI, 2009. P. 121-139.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, Cidades sensíveis, Cidades imaginárias**. Revista. Brás. Hist., São Paulo, v. 27, n. 53 de Junho de 2007. Disponível em: <<http://WWW.scielo.br/scielo>>. Acesso em 24 de Abril de 2010.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos.\_\_\_\_\_. **Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais**. Rio de Janeiro, Tempo, v.1, n. 2, 1996, p. 59-72.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Cap. 8. Fundação Getúlio Vargas. Brasil. 1998, p. 103-130.

ROCHA, Maria Lucimar da. **Caminhadas pela cidade: um passeio pelo processo de povoamento, urbanização e emancipação Política de Alagoinha do Piauí**. Picos, PI: UFPI, 2014. (Monografia de Conclusão de Curso de História).

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3 ed. 6 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Pablo M. Bezerra dos. **Educação e sociedade na cidade de Monsenhor Hipólito – pi durante os anos de 1975 a 1998**. Picos, PI: UFPI, 2012. (Monografia de Conclusão de Curso).

VIEIRA, Maria Alveni Barros. **Educação e sociedade picoense: 1850 a 1930**. Teresina: EDUFPI, 2005. 86 p.

## Fontes

### ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ

ALAGOINHA DO PIAUÍ: Perfil do Município. Secretaria Municipal de Educação, Alagoinha do Piauí, 18 de Março de 1997.

RESUMO HISTÓRICO DO ATUAL MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ. Prefeitura Municipal, Alagoinha do Piauí, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Plano Municipal de desenvolvimento sustentável de Alagoinha do Piauí**. Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí; Unidade de apoio ao planejamento regional, março/2004.

### ARQUIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ

ORIGEM HISTÓRICA DE ALAGOINHA DO PIAUÍ – PI. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Alagoinha do Piauí, 2001.

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 09 de abril de 1986, ano LV, n. 66.

## Poesias

BRITO, Maria Fidélia da Rocha. **Hino à Alagoinha do Piauí**. In: BRITO, Maria Fidélia da Rocha. **Recados**. Teresina: EMGERPI, 2007. 182 p.

BRITO, Maria Fidélia da Rocha. **Homenagem às bodas de diamante dos festejos de São João Batista, na Igreja de São João Batista**. 2006.

BRITO, Maria Fidélia da Rocha. **Piranhas do meu tempo.**In: ROCHA BRITO, Maria Fidélia da.**Recados.** Teresina: EMGERPI, 2007. 182 p.

#### **Sites**

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ. Disponível em <http://www.cepro.pi.gov.br/download>. Acessado em 13/12/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Alagoinha do Piauí.** Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidades>. Acessado em 12/02/2014.

LISTA DE CIDADES DO PIAUÍ. Disponível em: <http://www.portaldopiaui.com.br>. Acessado em 18/04/2013.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ DENTRO DO TERRITÓRIO PIAUIENSE. Disponível em: <http://www.alagoinhadopiaui.pi.gov.br>. Acessado em 12/02/2014.

#### **Fontes Orais**

BRITO, Maria Fidélia da Rocha. **Entrevista concedida a Bibiana do Amparo Rocha.** Alagoinha do Piauí, 30 de Junho de 2014.

JESUS, Ana Antônia de. **Entrevista concedida a Bibiana do Amparo Rocha.** Alagoinha do Piauí, 30 de Junho de 2014.

ROCHA, Francisca da Penha. **Entrevista concedida a Bibiana do Amparo Rocha.** Alagoinha do Piauí, 30 de Junho de 2014.

BRITO, Luzia Helena de. **Entrevista concedida a Bibiana do Amparo Rocha.** Alagoinha do Piauí, 01 de Julho de 2014.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese
- ( ) Dissertação
- ( x ) Monografia
- ( ) Artigo

Eu, **Bibiana do Amparo Rocha**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **Educação e sociedade em Alagoinha do Piauí na década de 1980**, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 27 de Janeiro de 2015.

*Bibiana do Amparo Rocha*  
Assinatura

*Bibiana do Amparo Rocha*  
Assinatura